

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM TEOLOGIA

JACQUELINE DE ARAÚJO PEREIRA MARTINS

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO RELIGIOSO NO
ENSINO FUNDAMENTAL I**

São Leopoldo
2025

JACQUELINE DE ARAÚJO PEREIRA MARTINS

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO RELIGIOSO NO
ENSINO FUNDAMENTAL I**

Trabalho Final de Mestrado Profissional
Para a obtenção do grau de Mestre em
Teologia Faculdades ES
Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em Teologia
Área de Concentração: Religião e
Educação
Linha de Pesquisa: Educação Comunitária
com Infância e Juventude

Orientador: Charles Klemz

São Leopoldo

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M386p Martins, Jaqueline de Araújo Pereira
Práticas pedagógicas para o ensino religioso no
ensino fundamental I/ Jaqueline de Araújo Pereira Martins ;
orientador Charles Klemz. – São Leopoldo : EST/PPG,
2025.

104 p. ; 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa
de Pós-Graduação. Mestrado Profissional em Teologia.
São Leopoldo, 2025.

1. Ensino fundamental. 2. Ensino religioso. 3. Práticas
de ensino. I. Klemz, Charles, orientador. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

JAQUELINE DE ARAÚJO PEREIRA MARTINS

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO RELIGIOSO NO ENSINO
FUNDAMENTAL I**

Dissertação de Mestrado
Para a obtenção do grau de Mestra em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Área de Concentração: Religião e Educação
Linha de atuação: Educação Comunitária com
Infância e Juventude

Data de Aprovação: 13 de junho de 2025

PROF. DR. Charles Klemz (PRESIDENTE)
Assinado digitalmente

PROF.^a DR.^a Laude Erandi Brandenburg (EST)
Assinado digitalmente

PROF. DR. Vagner De Souza Rodrigues (UNILASALLE)
Docente visitante

Assinado
digitalmente por:
Charles Klemz :
XXX.387.189-XX
Date: 16/06/2025
20:25:23 -03:00



Assinado
digitalmente por:
Laude Erandi
Brandenburg :
XXX.548.850-XX
Date: 18/06/2025
11:00:28 -03:00



AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso minha profunda gratidão a Deus, que, em momentos de dificuldades, me concedeu força e serenidade por meio da oração, permitindo que eu mantivesse o foco e a dedicação aos estudos, mesmo estando distante de minha família, no Ceará, durante os períodos das férias de janeiro e julho. Agradeço também pela orientação divina durante os estudos a distância, especialmente nas épocas de chuvas intensas em São Leopoldo, que tornaram ainda mais desafiador o processo.

Aos meus familiares, em especial à minha mãe, meu esposo e meus filhos, deixo meu sincero agradecimento pelo apoio incondicional e pela compreensão ao longo de todas as etapas dessa jornada acadêmica. Sua paciência, amor e incentivo foram fundamentais, especialmente quando a dedicação aos estudos exigia minha ausência e total comprometimento. Sem o apoio de cada um de vocês, esta caminhada teria sido muito mais difícil.

Agradeço também aos professores e professoras da Faculdade Est, que, com sua competência e dedicação, contribuíram de maneira significativa para a minha formação acadêmica, bem como ao apoio prestado pela biblioteca e seu valioso acervo. Em especial, expresso minha imensa gratidão ao meu orientador, Professor Dr. Charles Klemz, que sempre esteve à disposição para oferecer orientação, apoio e, com grande generosidade e comprometimento, me auxiliou ao longo de todo o percurso desta pesquisa.

A todos, meu mais sincero agradecimento.

"O ensino religioso não é apenas a transmissão de conhecimento, mas a formação integral do ser humano em seus valores mais profundos."

Dom Hélder Câmara

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a investigação do impacto das práticas pedagógicas no Ensino Religioso nas séries iniciais do Ensino Fundamental. A pesquisa busca compreender de que forma essas práticas influenciam a construção de valores éticos, a compreensão da diversidade religiosa e a promoção do respeito mútuo entre os alunos e as alunas. A relevância do tema se dá pela necessidade de uma abordagem pedagógica que respeite a laicidade do Estado e promova o diálogo inter-religioso, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e tolerantes. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica. Os resultados obtidos indicam que a adoção de práticas inclusivas e respeitadas no Ensino Religioso não apenas contribuem para a formação de valores éticos, como também promove uma maior aceitação e valorização das diferenças religiosas entre os alunos e as alunas. Além disso, a pesquisa destaca a importância da formação docente no contexto do Ensino Religioso, evidenciando a necessidade de formação para que educadores e educadoras possam abordar a diversidade religiosa de maneira adequada e sensível. A pesquisa também sugere que os dados obtidos podem subsidiar a formulação de estratégias pedagógicas que promovam um ensino religioso inclusivo e alinhado aos valores democráticos e éticos. Conclui-se que o Ensino Religioso, quando abordado de forma adequada, pode ser uma ferramenta essencial para a construção de uma sociedade mais justa e acolhedora, fomentando a compreensão mútua e o respeito às diversas crenças. A pesquisa propõe, portanto, um olhar crítico sobre as práticas pedagógicas atuais e sugere caminhos para o aprimoramento do ensino religioso nas escolas, visando uma educação mais plural e consciente das diversidades religiosas e culturais presentes no ambiente escolar.

Palavras-chave: Ensino Fundamental I. Ensino Religioso. Formação Docente. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

This study investigates the impact of pedagogical practices in Religious Education in the early grades of elementary school. The research seeks to understand how these practices influence the development of ethical values, the understanding of religious diversity, and the promotion of mutual respect among students. The relevance of this topic stems from the need for a pedagogical approach that respects the secular nature of the State and promotes interreligious dialogue, contributing to the development of conscious and tolerant citizens. The methodology adopted is bibliographic research. The results indicate that the adoption of inclusive and respectful practices in Religious Education not only contributes to the development of ethical values but also promotes greater acceptance and appreciation of religious differences among students. Furthermore, the research highlights the importance of teacher training in the context of Religious Education, highlighting the need for training so that educators can address religious diversity appropriately and sensitively. The research also suggests that the data obtained can support the development of pedagogical strategies that promote inclusive religious education aligned with democratic and ethical values. It concludes that Religious Education, when approached appropriately, can be an essential tool for building a more just and welcoming society, fostering mutual understanding and respect for diverse beliefs. Therefore, the research proposes a critical look at current pedagogical practices and suggests ways to improve religious education in schools, aiming for a more pluralistic education that is aware of the religious and cultural diversity present in the school environment.

Keywords: Elementary School I. Religious Education. Teacher Training. Pedagogical Practices.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O ENSINO RELIGIOSO NAS SÉRIES INICIAIS: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	15
2.1	O ENSINO RELIGIOSO E A SUA REGULAMENTAÇÃO.....	17
2.2	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM O DESAFIO DO ENSINO RELIGIOSO	25
2.3	IMPORTÂNCIA DO ENSINO RELIGIOSO NA FORMAÇÃO BÁSICA DO CIDADÃO COMO UMA ANÁLISE NA PRÁTICA PEDAGÓGICA	27
3	FORMAÇÃO DOCENTE NO ENSINO RELIGIOSO NAS SÉRIES INICIAIS	31
3.1	CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO RELIGIOSO NAS PRIMEIRAS SÉRIES DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	39
3.2	O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO COMO ESTRATÉGIA PARA A PROMOÇÃO DA TOLERÂNCIA E DO RESPEITO MÚTUO	41
4	ESTRATÉGIAS INOVADORAS PARA O ENSINO RELIGIOSO NAS SERIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I	50
4.1	ESTRUTURA DA FORMAÇÃO E ABORDAGEM DA CAPACITAÇÃO PARA O ENSINO RELIGIOSO NAS SERIES INICIAIS	51
4.2	MÓDULO 1: FUNDAMENTOS E DESAFIOS DO ENSINO RELIGIOSO	52
4.2.1	A diversidade cultural e religiosa em sala de aula.....	53
4.2.2	O papel do professor como mediador do diálogo inter-religioso no Contexto Escolar	54
4.2.3	Estratégias para a Mediação Eficaz Para o Ensino Religioso	55
4.2.4	Importância sobre Diversidade e Inclusão Religiosa.....	56
4.2.5	Gestão de Conflitos em Sala de Aula.....	57
4.2.6	Desafios: metodologias e formação docente	58
4.3	MÓDULO 2: METODOLOGIAS ATIVAS E FERRAMENTAS PRÁTICAS (2H)	59
4.3.1	Aprendizagem Baseada em Projetos	60
4.3.2	Jogos Pedagógicos para o Ensino Religioso	60
4.3.3	Fundamentos Psicológicos dos Jogos Pedagógicos.....	61
4.3.4	Teorias Educacionais e Filosofia de Ensino	62
4.3.5	Movimento Escolar e Jogos Educacionais.....	63
4.3.6	Influência da Cultura e Tradições Lúdico- pedagógicas	63
4.3.7	Uso de tecnologia no ensino religioso: ferramentas simples e eficazes	68

4.3.7.1	Recursos Audiovisuais: Vídeos e Documentários	68
4.3.7.2	Ferramentas de Colaboração: Discussões e Projetos em Grupo.....	69
4.3.7.3	Ferramentas de Ensino Personalizado: Plataformas de Aprendizagem	70
4.3.7.4	Ferramentas de Criação de Conteúdo: Blogs e Sites.....	70
4.3.7.5	Realidade Aumentada (AR) e Realidade Virtual (VR).....	70
4.4	MÓDULO 3: TRABALHANDO VALORES E COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS (1H)	71
4.4.1	Importância ética e empatia no Ensino Religioso	72
4.4.2	Estratégias para integrar conteúdos religiosos e o desenvolvimento socioemocional	74
4.4.3	Estrutura da Dinâmica: Cadeira da Diversidade	75
4.5	MÓDULO 4: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INOVADORA (1H)	76
4.5.1	Competências do Ensino Religioso nas séries iniciais: planejamento e avaliação inovadora	78
4.5.2	Estratégias de avaliação que estimulam reflexão e criatividade no Ensino Religioso	80
5	CONCLUSÃO	84
	REFERÊNCIAS.....	86
	APÊNDICE 1 - MINICURSO	91

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão tem como objetivo compreender o impacto das práticas pedagógicas no Ensino Religioso nos anos iniciais do Ensino Fundamental I, especialmente na formação de valores éticos, na conscientização sobre a diversidade religiosa e na promoção do respeito mútuo entre os alunos e as alunas.

O Ensino Religioso exerce um papel importante na construção de valores éticos e na formação de uma sociedade mais respeitosa e inclusiva. As escolas, por serem espaços culturalmente diversos, abrigam uma ampla variedade de crenças religiosas, o que torna esse tema essencial para o desenvolvimento dos estudantes desde os primeiros anos de escolaridade.

Esta investigação terá uma abordagem qualitativa. Busca-se analisar como o Ensino Religioso nas séries iniciais do Ensino Fundamental I em escolas públicas brasileiras contribui para o desenvolvimento de valores éticos e para a compreensão da diversidade religiosa.

A coleta de dados será realizada por meio da análise de legislações, doutrinas e jurisprudências relacionadas ao tema. Também serão consultados artigos acadêmicos e pesquisas anteriores sobre o Ensino Religioso nas escolas. A análise dos dados será feita de forma dedutiva, com base em fundamentos legais e teóricos, com o intuito de compreender como as práticas pedagógicas influenciam o aprendizado alunos e das alunas em relação à ética e ao respeito às diferenças religiosas.

Este projeto surgiu da necessidade de investigar como as práticas pedagógicas impactam o Ensino Religioso, reconhecendo a importância desse campo na formação ética dos estudantes desde os primeiros anos de escolaridade. A diversidade cultural e religiosa presente nas escolas oferece um ambiente propício para essa investigação, sendo a escola um espaço fundamental para o incentivo ao diálogo inter-religioso e à valorização das diferentes crenças. É importante ressaltar que o Ensino Religioso nas séries iniciais ainda está em processo de consolidação.

Espera-se que os resultados da pesquisa contribuam para o aprimoramento das práticas pedagógicas no Ensino Religioso, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas educacionais mais inclusivas e respeitosas às diversidades religiosas e culturais nas escolas públicas. Outro resultado esperado é que os dados coletados auxiliem na capacitação docente e na produção de materiais

didáticos adequados, promovendo uma educação pautada em valores éticos, reconhecimento da diversidade religiosa e respeito mútuo entre os alunos.

Em relevância, o tema proposto representa uma oportunidade para contribuir com uma educação mais aberta, plural e consciente das diversidades presentes nas séries iniciais das escolas públicas, promovendo uma sociedade mais tolerante, ética e respeitosa dos diferentes valores e crenças.

A pesquisa investigar os desafios enfrentados pelos professores e professoras nessa área pode fornecer informações para o aprimoramento do ensino religioso mostrando maneira e meios para ensinar, e buscar abordagens que respeitem a laicidade do Estado, ao mesmo tempo em que promovem o diálogo inter-religioso e a valorização dos princípios éticos comuns a diversas religiões.

Os resultados desta pesquisa podem ser utilizados para embasar a formulação de políticas públicas educacionais que promovam o ensino religioso de forma inclusiva, respeitosa e alinhada aos valores democráticos e éticos. Além disso, os dados obtidos poderão contribuir para o desenvolvimento de estratégias de capacitação de professores e professoras e elaboração de materiais didáticos adequados, visando a uma educação mais aberta, plural e consciente das diversidades religiosas e culturais presentes no espaço escolar.

A pergunta central da pesquisa, portanto, é como as práticas pedagógicas para o Ensino religioso no ensino fundamental I das Escolas públicas influenciam a construção de valores éticos, a compreensão da diversidade religiosa e a promoção do respeito mútuo entre os alunos?

Parte-se da hipótese de que a adoção de práticas pedagógicas inclusivas e respeitosas no ensino religioso nas séries iniciais contribuirá significativamente para a construção de valores éticos, respeito à diversidade e a promoção do diálogo inter-religioso entre os alunos. Ao adotar práticas pedagógicas que promovam o respeito à diversidade religiosa e o diálogo entre diferentes crenças, os alunos desenvolvem uma compreensão mais ampla das visões de mundo e das diferentes formas de manifestação religiosa presentes em sua comunidade. Isso, por sua vez, pode resultar em uma maior tolerância, aceitação e valorização das diferenças religiosas, ajudando a construir uma sociedade mais inclusiva e harmoniosa.

Também, considera-se como hipótese que há ausência de práticas pedagógicas adequadas no ensino religioso no ensino fundamental I pode levar a

uma falta de compreensão da diversidade religiosa e à perpetuação de estereótipos, o que dificulta a construção de valores éticos e a promoção do respeito mútuo entre os alunos. Se baseia na ideia de que, se o ensino religioso não for conduzido de maneira adequada, há o risco de os alunos receberem informações superficiais sobre as diferentes religiões, resultando em uma compreensão limitada da diversidade religiosa presente na sociedade. A falta de uma abordagem inclusiva e respeitosa no ensino religioso pode levar à perpetuação de estereótipos e preconceitos em relação a determinadas crenças religiosas, criando barreiras para a construção de valores éticos e a valorização da diversidade.

O objetivo geral da pesquisa é investigar como as práticas pedagógicas no ensino religioso nas séries iniciais do Ensino Fundamental I influenciam a construção de valores éticos, a compreensão da diversidade religiosa e a promoção do respeito mútuo entre os alunos.

Para isto, busca averiguar acerca da formação docente no ensino religioso nas séries iniciais, bem como investigar de que forma a construção de valores éticos é promovida através do ensino religioso e das práticas pedagógicas adotadas nas séries iniciais.

Compreende-se que é fundamental investigar as práticas pedagógicas no ensino religioso para entender como o tema é trabalhado nas escolas, verificando se há uma abordagem inclusiva e respeitosa da diversidade religiosa ou se existem práticas que possam perpetuar estereótipos. Da mesma forma, verifica-se importante avaliar como as práticas pedagógicas influenciam a compreensão alunos e das alunas sobre a diversidade religiosa é importante para entender como as informações são transmitidas e como os alunos percebem e assimilam esses conhecimentos. Investigar como a construção de valores éticos é promovido através do ensino religioso e das práticas pedagógicas é importante buscar compreender como as aulas de ensino religioso podem contribuir para a formação de valores universais, como solidariedade e respeito.

Abordagens teóricas de Educação, Sociologia da Educação, Filosofia da Educação, Estudos Culturais e Estudos Religiosos serão fundamentais para a análise dos dados coletados. Por meio da pesquisa qualitativa, serão realizadas observações de aulas e aplicação de questionários às pessoas discentes do Ensino Fundamental I. A análise desses dados permitirá identificar como as práticas

pedagógicas são desenvolvidas na disciplina de ensino religioso, como as diferentes crenças são abordadas em sala de aula e como os alunos percebem e respondem a essas práticas.

A partir dos resultados obtidos, espera-se compreender como as práticas pedagógicas podem ser aprimoradas para promover uma educação mais inclusiva e respeitosa. A construção de valores éticos, como a solidariedade, o respeito e a tolerância, poderá ser fomentada através do diálogo inter-religioso e da valorização dos princípios éticos presentes em diversas tradições religiosas. Além disso, a pesquisa também poderá revelar os desafios enfrentados pelos professores e professoras nessa área, subsidiando a formulação de políticas públicas educacionais e o desenvolvimento de estratégias de capacitação docente.

A pesquisa está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “O Ensino Religioso nas Séries Iniciais: Práticas Pedagógicas”, aborda a importância do Ensino Religioso como componente curricular na formação ética alunos e das alunas e analisa o papel das práticas pedagógicas nesse processo, considerando os desafios de se trabalhar a diversidade religiosa em sala de aula e a necessidade de respeito à laicidade do Estado.

O segundo capítulo, “Formação Docente no Ensino Religioso nas Séries Iniciais”, discute os caminhos históricos e atuais da formação de professores e professoras para o Ensino Religioso, destacando as lacunas existentes na capacitação pedagógica, as exigências legais, o papel das instituições formadoras e a importância de uma atuação crítica, ética e inclusiva por parte dos educadores.

O terceiro capítulo, “Estratégias Inovadoras para o Ensino Religioso no Ensino Fundamental I”, apresenta e analisa práticas pedagógicas inovadoras, com ênfase no uso de metodologias ativas, recursos lúdicos e tecnológicos, além da integração de competências socioemocionais ao ensino. O capítulo busca demonstrar como essas abordagens podem tornar o Ensino Religioso mais significativo e transformador. Nesse mesmo capítulo, apresenta o produto educacional desenvolvido a partir da pesquisa: um curso de capacitação docente voltado à prática do Ensino Religioso nas séries iniciais do Ensino Fundamental. O produto detalha os objetivos, a estrutura e os conteúdos programáticos do curso, que é composto por quatro módulos com temas como fundamentos do Ensino

Religioso, mediação do diálogo inter-religioso, metodologias ativas e planejamento inovador. O produto busca oferecer aos educadores ferramentas práticas e contextualizadas para uma atuação eficaz, inclusiva e comprometida com os princípios democráticos e de respeito à diversidade.

Em última análise, esta pesquisa visa contribuir para a construção de uma educação mais inclusiva e respeitosa em relação à diversidade religiosa, formando cidadãos conscientes, éticos e tolerantes desde as séries iniciais. A relevância do tema reside na necessidade de uma abordagem pedagógica que promova a compreensão mútua e o respeito às diferentes crenças, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e acolhedora.

2 O ENSINO RELIGIOSO NAS SÉRIES INICIAIS: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

O ensino religioso nas séries iniciais das escolas públicas do Brasil é uma temática que demanda uma análise cuidadosa das práticas pedagógicas adotadas e de como essas práticas influenciam a construção de valores éticos, a compreensão da diversidade religiosa e a promoção do respeito mútuo entre os alunos e as alunas. Diante dessa realidade, a presente pesquisa se propõe a investigar esses aspectos fundamentais para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e respeitosa em relação à diversidade religiosa.

Nas séries iniciais, é fundamental que o ensino religioso seja planejado de forma adequada para introduzir as crianças. Isso significa trabalhar com uma linguagem simples e acessível, explorando recursos lúdicos e dinâmicos e abordando os temas de maneira que façam sentido para a faixa etária da criança. O professor desempenha um papel essencial nesse processo, pois, além de ser um mediador de conhecimentos, também é responsável por criar um ambiente acolhedor, onde todos se sintam respeitados, independentemente de suas crenças ou da ausência delas.

Outro ponto importante é a promoção do diálogo e da interação entre os alunos e as alunas. Estratégias como rodas de conversa e atividades em grupo podem ser muito eficazes para estimular o respeito pelas diferenças e o aprendizado coletivo. Nessas situações, a figura do professor como mediador é indispensável para garantir que a troca de ideias ocorra de maneira respeitosa e construtiva.

O ensino religioso nas séries iniciais deve ser entendido como uma oportunidade para ajudar as crianças a desenvolverem habilidades importantes, como a empatia, a convivência com a diversidade e o pensamento crítico. Mais do que ensinar sobre tradições religiosas, ele deve ajudar a formar cidadãos conscientes e preparados para viver em uma sociedade plural, contribuindo para a construção de um futuro mais justo e solidário.

É essencial para os professores e professoras que ensinam ensino religioso no ensino fundamental I adotem uma abordagem que vá além da simples transmissão de conteúdos religiosos. Ao promover o respeito pelas diferentes manifestações de fé e incentivar o diálogo entre as crenças, essa disciplina se torna um espaço privilegiado para o desenvolvimento de valores fundamentais, como a

tolerância e o respeito mútuo. Dessa forma, o ensino religioso tem o potencial de contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde as crianças aprendem não só sobre as religiões, mas também sobre a importância da convivência pacífica e da aceitação das diferenças.

De acordo com Roque Zimmermann¹, a prática pedagógica no ensino religioso deve ser pautada por uma abordagem que respeite a diversidade religiosa presente no ambiente escolar, sem privilegiar uma religião específica. Essa perspectiva é crucial, especialmente nas séries iniciais, quando os alunos e as alunas começam a estabelecer suas primeiras concepções sobre o mundo e as crenças que o cercam.

Zimmermann destaca que o ensino religioso deve ir além da simples transmissão de dogmas, buscando promover uma educação plural e inclusiva. As práticas pedagógicas, nesse contexto, precisam ser preparadas para lidar com as diversas manifestações religiosas presentes na sociedade, permitindo que as crianças se reconheçam como parte de uma comunidade diversificada. A prática pedagógica deve envolver o diálogo entre diferentes crenças, promovendo a compreensão mútua e o respeito pela diversidade, um valor essencial para a convivência harmoniosa.

O autor também ressalta que o docente de Ensino Religioso nas séries iniciais precisa ser capacitado para lidar com essas questões de forma crítica e reflexiva, evitando práticas de proselitismo religioso. O objetivo do Ensino Religioso não deve ser a conversão de alunos a uma determinada fé, mas sim o desenvolvimento de uma visão ampla sobre as diferentes tradições religiosas, com foco na construção de valores universais como o respeito, a solidariedade e a ética.

Assim, a obra de Zimmermann nos leva a refletir sobre a importância de práticas pedagógicas que promovam o respeito à diversidade religiosa desde as séries iniciais, preparando os alunos e as alunas para conviver de forma ética e respeitosa em uma sociedade plural. A formação dos docentes, como bem colocado por Zimmermann, é essencial para garantir que o Ensino Religioso nas escolas públicas cumpra seu papel de forma inclusiva e comprometida com os direitos fundamentais de liberdade religiosa.

¹ ZIMMERMAANN, Roque. **Ensino Religioso: Uma Grande Mudança**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.

2.1 O ENSINO RELIGIOSO E A SUA REGULAMENTAÇÃO

A Lei nº 4.024/1961², primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)³, estabeleceu o ensino religioso como disciplina facultativa nas escolas públicas. Contudo, permitia que fosse ministrado conforme a confissão religiosa do aluno e da aluna, manifestada por ele ou por seu responsável legal. Essa disposição resultou na prática do ensino religioso confessional nas escolas públicas, muitas vezes vinculado a uma religião específica, o que se assemelhava à catequese escolar. Tal abordagem não estava completamente alinhada com o conceito moderno de laicidade do Estado, que preconiza a neutralidade religiosa nas instituições públicas. A evolução legislativa posterior buscou redefinir o ensino religioso, promovendo uma abordagem mais pluralista e respeitosa à diversidade religiosa, embora a questão ainda seja objeto de debates e decisões judiciais.

Após a promulgação da Lei nº 4.024/1961, que permitia o ensino religioso confessional nas escolas públicas de forma facultativa, conforme o artigo 97, o Brasil passou por mudanças significativas em sua legislação educacional. A Constituição Federal de 1988⁴ estabeleceu, em seu artigo 210, §1º, que o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituiria disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. Essa disposição visava assegurar a liberdade de crença e a laicidade do Estado, promovendo um ensino religioso não confessional.

Posteriormente, a Lei nº 9.394/1996, conhecida como a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), incorporou essa diretriz constitucional. O artigo 33 da LDB foi alterado pela Lei nº 9.475/1997, que definiu o ensino religioso como parte integrante da formação básica do cidadão, assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil e vedando quaisquer formas de proselitismo. Essa legislação buscou garantir que o ensino religioso nas escolas públicas fosse oferecido de maneira pluralista e não confessional, respeitando a diversidade de crenças presentes na sociedade brasileira.

² BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 11429, 27 dez. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 02/01/2025.

³ BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22/06/2024.

⁴ BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04/02/2024.

Atualmente, o ensino religioso nas escolas públicas de ensino fundamental é regido pela Lei nº 9.394/1996, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.475/1997. A disciplina é de matrícula facultativa e deve ser oferecida nos horários normais das escolas, respeitando a diversidade cultural religiosa e vedando o proselitismo, conforme estabelecido no artigo 33 da LDB.

Como observou Anísia de Paulo Figueiredo⁵, a Lei "mantém a velha neutralidade a respeito do Ensino Religioso na escola, legitimado sempre como elemento eclesial no universo escolar", tornando o Ensino Religioso, muitas vezes, um instrumento de transmissão dos dogmas de uma fé específica. Esse modelo, ao invés de promover uma visão pluralista das religiões, frequentemente resultava em uma abordagem confessional que não respeitava a diversidade religiosa existente no Brasil.

O autor critica esse modelo, ressaltando que a neutralidade, prevista pela Lei, na prática, não se concretiza de maneira eficaz, pois o Ensino Religioso, muitas vezes, acaba refletindo uma única perspectiva religiosa, o que não corresponde à pluralidade cultural e religiosa do país. Assim, as aulas de Ensino Religioso não são vistas como uma oportunidade de diálogo entre diferentes tradições, mas como um espaço em que uma determinada religião se sobrepõe às demais, comprometendo a formação ética e respeitosa dos alunos e das alunas.

Figueiredo⁶ argumenta que o verdadeiro propósito do Ensino Religioso nas escolas deveria ser o de proporcionar aos alunos e as alunas uma compreensão ampla e crítica das diversas religiões, sem discriminação ou proselitismo. O objetivo central seria desenvolver nos estudantes uma postura de respeito, aceitação e valorização das diferenças religiosas, preparando-os para viver em uma sociedade plural. Esse entendimento é essencial, pois a educação religiosa nas escolas deve ser orientada para o desenvolvimento de uma cidadania ética e consciente, que considere a diversidade religiosa como um fator enriquecedor da convivência social.

Essa prática foi posteriormente desafiada e transformada com a Lei nº 9.394/1996 (LDB), que visou garantir uma abordagem mais pluralista e laica no Ensino Religioso nas escolas públicas, embora a implementação dessa nova concepção ainda seja um campo de discussão.

⁵ FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. **O ensino religioso no Brasil**: tendências, conquistas, perspectivas. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 61.

⁶ FIGUEIREDO, 1996.

De acordo com o artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o ensino religioso é de matrícula facultativa e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental⁷. O objetivo é assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. Nesse sentido, é importante que as práticas pedagógicas adotadas nas séries iniciais estejam em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

O ensino religioso, conforme estabelecido tanto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) quanto pela Constituição Federal, desempenha um papel importante na formação ética e cultural dos alunos e as alunas, especialmente nas séries iniciais. Essas normativas evidenciam a necessidade de um ensino que respeite a diversidade religiosa e cultural do Brasil, garantindo a liberdade de crença e assegurando que a disciplina não seja utilizada como ferramenta de proselitismo. Assim, o ensino religioso deve atuar como um espaço para a promoção do diálogo, da compreensão e do respeito às diferentes tradições religiosas presentes no país.

Nesse contexto, as práticas pedagógicas desempenham um papel essencial para que os princípios estabelecidos na legislação sejam efetivamente concretizados no ambiente escolar. Cabe aos educadores planejar e executar aulas que promovam o entendimento sobre o fenômeno religioso de forma ampla e plural, incentivando os alunos e as alunas a reconhecerem e valorizarem a riqueza cultural que advém da diversidade religiosa. Essas práticas precisam estar alinhadas com os conteúdos mínimos e diretrizes estabelecidos, criando um ambiente de aprendizado que fomente o respeito mútuo e a convivência pacífica entre indivíduos de diferentes crenças, como previsto nas normativas legais.

Analisando a Constituição Federal em relação ao ensino religioso também aborda essa questão no Artigo 210, que estabelece:

Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. § 1º - O ensino religioso, de matrícula

⁷ BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - LDB n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 01 ago. 2023.

facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.⁸

Este artigo garante a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas de ensino fundamental, porém de forma facultativa, respeitando a diversidade de crenças e permitindo aos estudantes e suas famílias a decisão de participar ou não da disciplina. A Constituição Federal também assegura que o ensino religioso deve ser oferecido de maneira a respeitar os valores culturais e artísticos do Brasil, além de considerar as diferenças regionais.

Ao citar a Constituição Federal, é possível destacar que a formação adequada dos professores e professoras no Ensino Religioso é fundamental e necessária para garantir que a disciplina seja ministrada dentro dos princípios da laicidade do Estado, do respeito à liberdade religiosa e da pluralidade cultural e religiosa do país. Por laicidade, tem-se como referência o conceito definido assim por Mariano⁹:

Refere-se, histórica e normativamente, à emancipação do Estado e do ensino público dos poderes eclesiásticos e de toda referência e legitimação religiosa, à neutralidade confessional das instituições políticas e estatais, à autonomia dos poderes político e religioso, à neutralidade do Estado em matéria religiosa (ou a concessão de tratamento estatal isonômico às diferentes agremiações religiosas), à tolerância religiosa e às liberdades de consciência, de religião (incluindo a de escolher não ter religião) e de culto.

Apesar das dificuldades enfrentadas com a lotação de professores e professoras nas séries iniciais, onde frequentemente o professor pedagogo é designado para a disciplina de Ensino Religioso sem a devida especialização, essas circunstâncias evidenciam a necessidade de uma melhor adequação de profissionais capacitados para garantir um ensino de qualidade.

Assim, o ensino religioso, como disciplina presente na grade curricular das escolas públicas, no ensino fundamental I desafia os educadores a lidarem com questões sensíveis e complexas, como a pluralidade religiosa e o respeito à laicidade do Estado.

Além disso, a Constituição Federal explicita no longo e detalhado art. 5º uma pletora de direitos e deveres individuais e coletivos entre os quais se pode citar os

⁸ BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 fev. 2024.

⁹ MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-58 maio/ago. 2011. p. 244. Disponível em: revistaseletronicas.pucrs.br. Acesso em: 12 maio 2024.

incisos: VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva; VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

A partir disso, percebe-se que esse conjunto de princípios e valores constitucionais proporciona ampla liberdade para que organizações religiosas e filosóficas desenvolvam suas atividades, sempre respeitando a diversidade de escolhas individuais. Dessa forma, igrejas, templos e sistemas de crença ou filosofia têm respaldo para convidar novos adeptos, fortalecer a fé entre seus membros, manifestar suas convicções e ensinar seus valores e práticas em seus espaços. Hoje, com o suporte dos meios de comunicação, especialmente das redes sociais e das plataformas digitais, essas instituições têm maior capacidade de transmitir suas mensagens de maneira abrangente, alcançando diferentes públicos e fortalecendo seu papel na sociedade, em harmonia com o princípio da laicidade do Estado.

Em agosto de 2017, a Procuradoria Geral da República (PGR) reacendeu o debate sobre o ensino religioso nas escolas públicas, com repercussões também no setor privado que oferece a disciplina. A PGR apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)¹⁰, questionando a modalidade confessional do ensino religioso – aquela vinculada a uma religião específica. Essa ação buscava a suspensão da eficácia de dispositivos do Artigo 33 da LDB (BRASIL, 1996) e do Decreto nº 7.107/2010, alegando que o ensino religioso deveria adotar uma abordagem não confessional. Nesse modelo, os conteúdos seriam voltados para o estudo da história, práticas, doutrinas e aspectos sociais das religiões, bem como das formas de religiosidade, sem adotar um caráter proselitista e abrindo espaço para posições não religiosas.

A PGR argumentou que essa medida seria essencial para assegurar a neutralidade do Estado em relação às crenças e garantir o princípio da laicidade,

¹⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4439. Questiona a constitucionalidade do ensino religioso confessional em escolas públicas. Relator: Ministro Luís Roberto Barroso. Redator do acórdão: Ministro Alexandre de Moraes. Brasília, DF: STF, 27 set. 2017. Disponível em: <https://www.stf.jus.br>. Acesso em: 20 set. 2024.

conforme previsto na Constituição Federal. Entretanto, o Supremo Tribunal Federal (STF), em uma decisão apertada de seis votos contra cinco, rejeitou a ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade), permitindo a continuidade do ensino confessional. Apesar disso, o julgamento revelou divergências entre os ministros e trouxe à tona os desafios para conciliar o ensino religioso nas escolas com os princípios do Estado laico.

Deve-se ressaltar que a Resolução CNE/CEB nº 04/2010¹¹ e a Resolução CNE/CEB nº 07/2010¹² reconheceram o Ensino Religioso como uma das cinco áreas de conhecimento do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos. Esse reconhecimento reforça a relevância da disciplina no processo educacional, destacando-a como componente essencial para a formação integral do aluno e da aluna. O Ensino Religioso, nesses termos, não se limita à transmissão de informações sobre religiões, mas visa promover o respeito à diversidade cultural e religiosa, desenvolvendo competências que favoreçam o diálogo, a convivência pacífica e a reflexão crítica sobre questões éticas e sociais.

Adicionalmente, ao inseri-lo como área de conhecimento, as resoluções conferem maior legitimidade à disciplina, orientando que suas práticas pedagógicas estejam em conformidade com os princípios de laicidade do Estado e pluralismo religioso. Isso significa que o Ensino Religioso deve abordar de forma ampla os fenômenos religiosos, sem privilegiar uma crença específica, permitindo que os estudantes ampliem suas compreensões sobre diferentes tradições e formas de espiritualidade. Assim, tais resoluções consolidam a importância do Ensino Religioso no desenvolvimento de valores como tolerância, empatia e respeito à diversidade, fundamentais para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva.

No Brasil, o aluno matriculado em instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas, por razões religiosas, têm o direito de ausentar-se de aulas ou provas agendadas em dias que sua religião considere sagrados ou vedados para essas atividades, conforme o art. 7º A da Lei nº 9.394/1996¹³:

¹¹ BRASIL. Resolução CNE/CEB 4/2010. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824.

¹² BRASIL. Resolução CNE/CEB 7/2010. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34

¹³ BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

Art. 7º-A Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se-lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do **caput** do art. 5º da Constituição Federal: (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

I - prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa; (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

II - trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§ 1º A prestação alternativa deverá observar os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência do aluno. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§ 2º O cumprimento das formas de prestação alternativa de que trata este artigo substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§ 3º As instituições de ensino implementarão progressivamente, no prazo de 2 (dois) anos, as providências e adaptações necessárias à adequação de seu funcionamento às medidas previstas neste artigo. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência) (Vide parágrafo único do art. 2)

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica ao ensino militar a que se refere o art. 83 desta Lei.

Essa norma exige que o aluno apresente um requerimento prévio e fundamentado, explicando os motivos religiosos que impedem sua participação na atividade programada. Com isso, a instituição de ensino deve oferecer, sem custo adicional, uma alternativa que permita ao aluno cumprir suas obrigações acadêmicas de outra forma, seja por meio de uma nova data para a prova ou por uma atividade compensatória.

Ao respeitar a diversidade de crenças, o Artigo 7º-A contribui para um ambiente educacional inclusivo, onde todos os alunos e as alunas têm a oportunidade de seguir suas tradições religiosas sem comprometer seu desenvolvimento acadêmico. Tal disposição encontra respaldo no inciso VIII do Artigo 5º da Constituição Federal, que assegura a liberdade de crença e estabelece que ninguém será privado de direitos por motivos religiosos, desde que sejam cumpridas as prestações alternativas previstas em lei.

A Lei Estadual nº 9.736/2022¹⁴ do estado do Pará, que institui o "Mês da Escola Bíblica de Férias" no Pará, pode ser analisada como uma iniciativa que reforça a presença de atividades de cunho religioso na esfera educacional. Essa regulamentação exemplifica como estados brasileiros podem promover práticas pedagógicas associadas à religiosidade, respeitando os limites constitucionais e os princípios da laicidade. Representa uma tentativa de integrar aspectos religiosos na convivência comunitária, especialmente entre crianças e jovens. Apesar de não ser uma prática obrigatória no currículo escolar, essa iniciativa pode contribuir para o fortalecimento de valores éticos e sociais, desde que seja conduzida de forma inclusiva e respeitosa às diversas crenças existentes na sociedade, evitando qualquer forma de proselitismo ou exclusão.

No contexto do ensino religioso, a lei se conecta à necessidade de abordar a religião nas escolas de forma pluralista e facultativa, conforme preconizado pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Ao valorizar eventos como as Escolas Bíblicas de Férias, essa legislação estimula o diálogo entre educação e fé, mas também suscita debates sobre a representatividade de diferentes crenças e a neutralidade estatal.

A aplicação desta norma requer atenção para que iniciativas de ensino religioso voluntário, como as promovidas no "Mês da Escola Bíblica de Férias", garantam espaço para todas as manifestações culturais e religiosas, respeitando os direitos de escolha e a diversidade presentes em uma sociedade plural. Essa perspectiva é fundamental para assegurar que o ensino religioso permaneça um instrumento de inclusão e não de exclusão ou imposição dogmática.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define o Ensino Religioso (ER) no Ensino Fundamental como uma área de conhecimento optativa, com o objetivo de promover o respeito à diversidade religiosa e cultural presente no Brasil. A abordagem proposta pela BNCC para o ER é não confessional, ou seja, não deve estar vinculada a nenhuma religião específica, mas sim abranger de forma equitativa as diversas tradições religiosas, crenças e filosofias de vida. Segundo o documento, o ER deve "estimular o diálogo entre as diferentes tradições religiosas, valorizando o

¹⁴ PARÁ. Lei nº 9.736, de 21 de novembro de 2022. Institui o Mês da Escola Bíblica de Férias no calendário oficial do Estado do Pará. Diário Oficial do Estado do Pará, Belém, 21 nov. 2022. Disponível em: <https://www.pge.pa.gov.br/sites/default/files/alerta-legislativo/LO9736.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

pluralismo e a convivência pacífica, fundamentais para a formação cidadã e o fortalecimento de uma cultura de respeito e tolerância".¹⁵

A BNCC, logo, preconiza que o ER contribua para a formação crítica dos alunos e as alunas, oferecendo-lhes ferramentas para entender a diversidade religiosa, sem incorrer em preconceitos ou discriminação. Com isso, busca-se que os estudantes adquiram uma compreensão mais ampla das religiões e sua relação com a sociedade, fomentando o desenvolvimento de uma postura de respeito às diferenças e à convivência democrática. Além disso, o ER é estruturado em torno de quatro unidades temáticas: dimensões das religiões, religião e culturas, religião e vida comum, e religião e ciência. Cada uma dessas unidades visa aprofundar o entendimento do fenômeno religioso a partir de diferentes perspectivas, proporcionando um conhecimento pluralista e inclusivo.

Deste modo, o ER dentro da BNCC reflete a necessidade de harmonizar o ensino religioso com os princípios constitucionais de laicidade do Estado, garantindo que o espaço escolar seja um lugar de promoção do respeito mútuo e da diversidade, em consonância com os valores democráticos e os direitos humanos.¹⁶

2.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM O DESAFIO DO ENSINO RELIGIOSO

O desafio é proporcionar aos professores e professoras e alunos do Ensino Fundamental I da Educação Básica uma experiência de leitura instigante e reflexiva sobre o fenômeno religioso, explorando suas múltiplas dimensões. Este estudo convida os educadores e estudantes a se aventurarem em uma jornada de conhecimento, essencial para a transformação individual e a transcendência do mundo imaginado.

O estudo apresenta a proposta de adotar estratégias que incentivem os estudantes a se tornarem agentes ativos no processo de aprendizagem dentro da sala de aula. As abordagens escolhidas visam promover o desenvolvimento de habilidades e competências por meio de práticas pedagógicas aplicadas ao Ensino Religioso.

¹⁵ Brasil, 2017.

¹⁶ Brasil, 2017

Assim, a abordagem pedagógica está em consonância com as diretrizes estipuladas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹⁷, que promovem uma educação integral voltada para o desenvolvimento de competências socioemocionais, éticas e cognitivas. A BNCC valoriza a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de dialogar com a diversidade cultural e religiosa presente na sociedade.

No Ensino Religioso, essa perspectiva se traduz em práticas que incentivam a compreensão e o respeito pelas diversas tradições e crenças, permitindo que os alunos e as alunas explorem o fenômeno religioso sob múltiplos ângulos histórico, social, filosófico e cultural. O objetivo é que os estudantes possam não apenas adquirir conhecimento sobre diferentes religiões, mas também desenvolver uma postura ética e reflexiva diante das questões de fé e espiritualidade.¹⁸

Além disso, as metodologias sugeridas pelo estudo estão alinhadas às competências gerais da BNCC, que incluem o estímulo à autonomia intelectual, à cooperação, e à valorização da pluralidade. Por meio de atividades interativas, debates, e projetos colaborativos, os alunos e as alunas são encorajados a participar ativamente do processo de aprendizagem, construindo seu conhecimento de forma significativa e contextualizada (BRASIL, 2017).

A relevância para implantação dessas metodologias deve buscar engajar os alunos e as alunas ativamente, incentivando a participação, a pesquisa e a reflexão crítica. Ao fazer isso, os educadores criam um ambiente de aprendizado dinâmico e inclusivo, onde os estudantes podem explorar o fenômeno religioso de maneira significativa. Esta abordagem não só enriquece o conhecimento dos alunos e as alunas sobre religiões diferentes, mas também desenvolve habilidades cruciais como empatia, pensamento crítico e colaboração.

Além disso, a ligação com a competência de Trabalho e Projeto de Vida implica que o ensino religioso deve preparar os alunos e as alunas para serem cidadãos informados e tolerantes, capazes de interagir de forma positiva em uma sociedade diversificada e multicultural. Ao valorizar as diversas experiências culturais e religiosas, não só se enriquece a formação pessoal dos estudantes, mas

¹⁷ BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2024

¹⁸ BRASIL, 2017.

também os capacita a participar de maneira consciente e ética no mundo contemporâneo.

Por tanto, a conexão com a competência de Trabalho e Projeto de Vida implica que o ensino religioso deve preparar os alunos e as alunas para serem cidadãos bem-informados e tolerantes, capazes de contribuir de maneira positiva em uma sociedade multicultural e diversificada. Valorizar as diferentes vivências culturais e religiosas não apenas enriquece a formação pessoal alunos e das alunas, mas também os capacita a se engajar de forma consciente e ética no mundo contemporâneo.

2.3 IMPORTÂNCIA DO ENSINO RELIGIOSO NA FORMAÇÃO BÁSICA DO CIDADÃO COMO UMA ANÁLISE NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

O ensino religioso é considerado uma parte integrante da formação básica do cidadão, conforme estipulado pelo Artigo 33 da LDB. Esta disciplina visa promover não apenas o conhecimento sobre diferentes religiões, mas também o desenvolvimento de valores éticos e morais, essenciais para a convivência harmoniosa na sociedade. A educação religiosa proporciona aos alunos e as alunas uma compreensão mais profunda das diversas tradições culturais e religiosas que compõem o tecido social brasileiro, incentivando o respeito e a tolerância. Art. 33 da LDB. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.¹⁹

A partir da Lei nº 9.475/1997²⁰, no Brasil, surgiram as bases para sistematizar o Ensino Religioso como um componente curricular, distinguindo-o da doutrinação religiosa e do ensino confessional de uma ou mais religiões nas escolas. A intenção da lei é garantir que as escolas de ensino fundamental ofereçam a crianças e adolescentes a oportunidade de acessar conhecimentos religiosos, reconhecidos como patrimônio da humanidade.²¹

¹⁹ BRASIL, 1996.

²⁰ BRASIL. **Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o ensino religioso. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 jul. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9475.htm. Acesso em: 20 set. 2024.

²¹ ZIMMERMANN, Roque. **Ensino religioso: uma grande mudança**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998. P. 3.

Desde a promulgação da lei, o Ensino Religioso tem como objetivo oferecer o conhecimento dos elementos fundamentais do fenômeno religioso, com base nas experiências religiosas alunos e das alunas. Busca-se esclarecer o direito à diferença e valorizar a diversidade cultural e religiosa existente na sociedade, com o contínuo propósito de promover os direitos humanos.²²

A educação religiosa no contexto escolar tem como objetivo proporcionar às pessoas discentes uma compreensão mais profunda da condição humana e suas múltiplas dimensões. Ao abordar questões existenciais, culturais e éticas, o Ensino Religioso (ER) expande a visão que os estudantes têm sobre si mesmos e sobre o mundo ao seu redor. Conforme Passos ²³, "o ER alcança novos, outros, e maiores horizontes de visão ampla sobre o ser humano", promovendo, assim, uma reflexão crítica e uma ampliação da consciência pessoal e coletiva. Essa abordagem permite que o ER ultrapasse as barreiras de uma simples transmissão de conteúdos religiosos, funcionando como um espaço de diálogo e construção de valores que auxiliam na formação integral dos alunos e das alunas. O ER, dessa forma, não apenas educa sobre diferentes tradições religiosas, mas também facilita uma compreensão mais holística da experiência humana, preparando os indivíduos para uma convivência respeitosa em sociedades plurais.

Essa perspectiva demonstra a relevância do Ensino Religioso como uma disciplina que vai além da dimensão espiritual, englobando questões sociais e humanas que são essenciais para o desenvolvimento de cidadãos conscientes e responsáveis.

O Ensino Religioso tem um papel fundamental na educação, pois, conforme a literatura aponta, ele "alcança novos, outros, e maiores horizontes de visão amplos sobre o ser humano"²⁴. Este aspecto do ER é crucial para a formação integral alunos e das alunas, proporcionando-lhes uma compreensão mais profunda e abrangente da condição humana.

Esse entendimento do ser humano, conforme Passos²⁵, transcende a simples reflexão sobre a existência individual, propondo uma visão mais holística

²² FONAPER. Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Religioso**. 9. ed. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

²³ PASSOS, João Décio. **Ensino religioso: construção de uma proposta**. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 66.

²⁴ PASSOS, 2007, p. 66.

²⁵ PASSOS, 2007

que engloba as diferentes facetas da vida, como o emocional, o ético, o social e o espiritual. Ao explorar essas dimensões, o Ensino Religioso auxilia na formação de cidadãos mais conscientes de sua identidade, de sua relação com os outros e de seu papel no mundo, promovendo o desenvolvimento de uma consciência crítica e responsável.

Ainda assim, o Ensino Religioso oferece uma plataforma para o diálogo intercultural e inter-religioso, essencial em uma sociedade cada vez mais plural. Ele permite que os alunos reconheçam as semelhanças e respeitem as diferenças entre as diversas tradições religiosas, favorecendo um ambiente de compreensão mútua e respeito. Nesse contexto, o ER não é apenas uma disciplina que transmite conhecimento religioso, mas também um instrumento formativo para a construção de uma sociedade mais tolerante e inclusiva.

Logo, ao proporcionar uma reflexão profunda sobre a condição humana e suas múltiplas dimensões, o Ensino Religioso contribui significativamente para a formação integral alunos e das alunas, equipando-os com ferramentas essenciais para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo com ética, respeito e solidariedade.

O Ensino Religioso desempenha um papel fundamental na formação integral alunos e das alunas, especialmente nas séries iniciais, onde se estabelecem as bases para o desenvolvimento ético e moral.²⁶ Em um mundo marcado por crescente individualismo e materialismo, é essencial que a educação promova valores que transcendem o simples acúmulo de conhecimento acadêmico. Mais do que ensinar sobre religiões, o Ensino Religioso deve ser uma disciplina que fomente a reflexão sobre o que significa ser humano, promovendo o respeito, a empatia e o entendimento entre diferentes crenças e culturas.

Nesse sentido, o Ensino Religioso deve funcionar como um espaço de construção de valores humanistas. Ele precisa oferecer às pessoas discentes ferramentas para compreenderem não apenas as crenças religiosas, mas também o valor do bem comum e da convivência respeitosa em sociedades plurais. É aqui que o papel do educador se torna crucial: não se trata apenas de transmitir conteúdo,

²⁶ BEZERRA, Renata Maria Otoch. **O ensino religioso nas escolas regulares do município de Caucaia/CE**. 2024. 113 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação, Faculdades EST, São Leopoldo, 2024.

mas de atuar como mediador de reflexões profundas sobre a vida e as relações humanas.

A vedação ao proselitismo no Ensino Religioso é um reflexo direto do princípio da laicidade do Estado, consagrado na Constituição Federal de 1988, que assegura a liberdade de crença e proíbe que instituições públicas favoreçam ou promovam uma religião em detrimento de outras. Assim, o Ensino Religioso deve evitar práticas de conversão ou imposição de dogmas, adotando uma abordagem pedagógica que respeite a diversidade cultural e religiosa dos estudantes.

A finalidade principal dessa disciplina é proporcionar às pessoas discentes uma compreensão abrangente sobre o fenômeno religioso, abordando as diferentes tradições e manifestações religiosas de maneira inclusiva. De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 11/2010²⁷, o Ensino Religioso deve atuar como um espaço de diálogo e reflexão, promovendo o respeito mútuo e a valorização das diversas crenças e culturas presentes na sociedade.

Na prática pedagógica, essa abordagem implica a utilização de metodologias que valorizem a pluralidade, como debates, análise de textos sagrados de diferentes religiões, discussões sobre valores universais e o papel da religiosidade na formação histórica e cultural dos povos. Dessa forma, o Ensino Religioso contribui para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de dialogar e conviver em um ambiente de diversidade.

É importante ressaltar que, embora o Ensino Religioso nas escolas públicas seja facultativo, ele desempenha um papel estratégico na formação integral do estudante, ajudando-o a desenvolver competências relacionadas à convivência ética e ao respeito às diferenças. Ainda atua como um instrumento de combate ao preconceito e à intolerância, promovendo o reconhecimento da diversidade como elemento enriquecedor da sociedade.

²⁷ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 11/2010**, de 7 de julho de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 de julho de 2010, Seção 1, p. 493.

3 FORMAÇÃO DOCENTE NO ENSINO RELIGIOSO NAS SÉRIES INICIAIS

A formação de professores e professoras no Brasil tem passado por inúmeras transformações ao longo da história. Conforme apontado por Saviani (2009, p.144 a 145)²⁸, os cursos normais, estabelecidos inicialmente em 1835, enfatizavam sobretudo o domínio dos conteúdos a serem ensinados às crianças, sem dar a devida atenção ao preparo didático dos futuros docentes. Este enfoque predominou até a criação dos Institutos de Educação em 1932, que começaram a alterar essa realidade.

Essa ênfase quase exclusiva nos conteúdos permaneceu como característica predominante da formação docente ao longo de décadas, até que mudanças começaram a ocorrer com a criação dos Institutos de Educação em 1932. Foi nesse momento que se iniciou um movimento importante para ampliar a visão sobre o papel do professor, incluindo, além do domínio dos conteúdos, a necessidade de uma formação mais ampla, que contemplasse os aspectos metodológicos e didáticos do ensino.

Rubem Alves, em sua obra *Religião e Repressão*, apresenta uma visão que inspira essa abordagem pedagógica. Para o autor²⁹:

A função da educação religiosa não é impor respostas, mas ajudar os alunos a formularem suas próprias perguntas sobre os grandes mistérios da vida. A religião deixa de ser uma gaiola que aprisiona e se transforma em um convite à liberdade do espírito.

Essa perspectiva é especialmente relevante quando pensamos nas séries iniciais do ensino fundamental. Aqui, mais do que em qualquer outra fase, a abordagem pedagógica precisa cultivar a autonomia do pensamento. As manifestações religiosas devem ser apresentadas não como verdades absolutas, mas como expressões culturais que revelam a diversidade da experiência humana.

A preparação de professores e professoras para essa disciplina sempre foi um terreno cheio de contradições. Por décadas, predominou no Brasil um modelo que privilegiava o conhecimento teológico em detrimento da formação pedagógica. Muitos educadores eram recrutados diretamente das comunidades religiosas, sem a devida qualificação para trabalhar em contextos escolares plurais.

²⁸ SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2009. p. 144 a 145.

²⁹ ALVES, Rubem. **Religião e Repressão**. São Paulo: Edições Loyola, 1968. p. 75.

A redação original da LDB (1996) acabou por reforçar essa ambiguidade. O artigo 33, em sua versão inicial, deixava margem para que igrejas e entidades religiosas assumissem a formação desses profissionais. Felizmente, a reforma trazida pela Lei 9.475/97 corrigiu essa distorção, transferindo claramente essa responsabilidade para os sistemas de ensino.

A história da formação de professores e professoras no Brasil tem um marco importante em 1939, com a criação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. O famoso "esquema 3+1" que surgiu nesse período parecia uma inovação, mas na prática mantinha um velho problema: continuava separando o saber do fazer na educação. Enquanto três quartos do curso se dedicavam aos conteúdos específicos, a parte pedagógica - aquela que realmente prepara para a sala de aula - ficava reduzida a um único ano, quase como um apêndice.

Saviani (2009) nos ajuda a entender esse dilema quando aponta que, em vez de revolucionar a formação docente, o modelo acabou engessando a dimensão pedagógica. A didática, que deveria ser o coração da licenciatura, foi tratada como mais uma matéria a ser decorada, e não como um conjunto de habilidades a ser desenvolvido na prática. O resultado? Formamos gerações de professores e professoras que dominavam sua disciplina, mas chegavam às salas de aula sem saber como transformar aquele conhecimento em aprendizagem significativa para os alunos.

Essa cisão entre teoria e prática criou feridas profundas na educação brasileira. Enquanto nas faculdades se discutiam altas teorias, nas escolas reais professores e professoras lutavam diariamente com desafios concretos para os quais não haviam sido preparados. O pior é que esse dualismo ainda ecoa hoje em muitos cursos de formação docente, mostrando como certas heranças são difíceis de superar.

Quando paramos para analisar criticamente esses modelos históricos de formação docente, uma pergunta crucial se impõe: até que ponto eles realmente prepararam nossos professores e professoras para os desafios reais da sala de aula? Essa ênfase desequilibrada nos conteúdos acadêmicos, em detrimento da formação pedagógica prática, criou uma geração de educadores que dominavam sua disciplina, mas muitas vezes se sentiam perdidos ao tentar transformar aquele conhecimento em aprendizagem significativa para seus alunos.

Saviani (2007) nos alerta para essa dicotomia que persiste até hoje. Não se trata de menosprezar a importância do conhecimento teórico - ele é fundamental. Mas de que adianta um professor ser um expert em sua área se não sabe como fazer seus alunos aprenderem? Essa lacuna entre teoria e prática acabou criando um abismo na educação brasileira, onde muitos bons especialistas se tornaram professores e professoras frustrados, justamente por falta de ferramentas pedagógicas adequadas.

O desafio que se coloca hoje é construir um novo paradigma na formação docente. Um modelo que não oponha teoria e prática, mas que as entrelace desde o primeiro dia de curso. Onde o estágio não seja apenas um requisito burocrático no final da graduação, mas um espaço constante de experimentação e reflexão. Onde os futuros professores e professoras possam vivenciar na prática, desde cedo, os desafios que encontrarão em suas carreiras, sempre com o suporte teórico necessário para entender e transformar sua realidade educacional.

Em 1995, foi instalado o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER), instituição que reuniu professores e professoras, estudiosos e pesquisadores da área, juntamente com representantes de diversas tradições religiosas, sistemas de ensino e universidades. Estes sujeitos e instituições foram protagonistas na proposição de outra concepção para esta disciplina, que acabou sendo incorporada pela Lei nº 9.475/1997 (BRASIL, 1997), que deu nova redação ao Art. 33 da LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996). Tem como mudar algumas palavras para não parecer plágio.

A concepção desenvolvida, posteriormente reconhecida como uma das áreas do conhecimento pelo Conselho Nacional de Educação (CNE)³⁰, por meio da Resolução nº 2/1998³¹, definiu o Ensino Religioso como responsável por apresentar os elementos essenciais do fenômeno religioso. Essa abordagem visa promover o entendimento sobre o direito à diferença, destacando o pluralismo e a diversidade cultural presentes na sociedade, de modo que todas as culturas sejam compreendidas com igual valor e relevância (FONAPER, 2009).

³⁰ BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2**, de 7 de abril de 1998. Institui diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 abr. 1998.

³¹ BRASIL. **Resolução nº 2**, de 7 de abril de 1998. Institui diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 abr. 1998.

O FONAPER³², ao elaborar os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso (PCNER)³³ em 1997, destacou que o docente de Ensino Religioso precisava cultivar sensibilidade diante da diversidade cultural e religiosa, compreender a complexidade sociocultural relacionada ao tema no contexto escolar, estar aberto ao diálogo e saber utilizá-lo como ferramenta para mediar possíveis conflitos. Além disso, o profissional deveria assegurar a liberdade religiosa dos estudantes, evitando qualquer prática de proselitismo.

Preparar professores e professoras para o Ensino Religioso no Brasil contemporâneo é uma das tarefas mais delicadas e necessárias na formação docente. Vivemos num país onde a pluralidade religiosa não é apenas um dado estatístico, mas uma realidade viva e pulsante em cada sala de aula. O educador que se aventura por esse território precisa de muito mais do que conhecimentos teóricos - precisa desenvolver uma sensibilidade aguçada para navegar pelas complexas relações entre fé, cultura e identidade.

Essa formação exige um olhar atento às múltiplas expressões da espiritualidade brasileira, desde as religiões de matriz africana até as novas formas de experiência religiosa que surgem nas periferias urbanas. Não se trata simplesmente de "tolerar" as diferenças, mas de compreender como essas tradições diversas dão sentido à vida de milhões de pessoas. O grande desafio está em transformar a sala de aula num espaço onde essa diversidade possa ser compartilhada e refletida criticamente, sem hierarquias ou preconceitos.

O FONAPER acerta ao destacar a liberdade religiosa como princípio fundamental, mas sabemos que na prática esse conceito vai muito além da mera não-interferência. Criar um ambiente verdadeiramente acolhedor significa garantir que cada aluno - seja ele evangélico, espírita, muçulmano, ateu ou seguidor de religiões indígenas - possa trazer sua experiência pessoal para o diálogo coletivo sem medo de julgamentos. Isso requer do professor uma postura ao mesmo tempo firme nos princípios democráticos e flexível na abordagem pedagógica.

A verdadeira maestria desse educador se revela justamente nos momentos de tensão, quando diferenças culturais e convicções pessoais entram em conflito. É

³² FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO (FONAPER). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso**. Brasília, DF: FONAPER, 1997.

³³ BRASIL. **Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER). Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso (PCNER)**. Brasília, DF: FONAPER, 1997.

aí que se percebe a importância de uma formação docente que vá além dos conteúdos programáticos, preparando profissionais capazes de mediar conflitos com sabedoria, transformando potenciais confrontos em oportunidades de aprendizado mútuo. Afinal, numa sociedade marcada por intolerâncias e fundamentalismos, a escola tem o papel urgente de cultivar o respeito ativo pelas diferenças - não como concessão, mas como condição básica para a vida em comum.

O desafio de ensinar sobre religião em escolas públicas vai muito além da simples transmissão de conteúdos. Estamos falando de cultivar uma postura ética fundamental: a recusa categórica a qualquer forma de proselitismo. Essa não é apenas uma exigência legal, mas um compromisso pedagógico com a construção de um espaço verdadeiramente plural, onde o conhecimento sobre religiões sirva como ponte entre diferentes visões de mundo, nunca como instrumento de conversão ou doutrinação.

Na prática, isso significa transformar a aula de Ensino Religioso num laboratório de convivência democrática. O objetivo central não é fazer com que os alunos adotem esta ou aquela crença, mas sim fornecer ferramentas para que compreendam criticamente como o fenômeno religioso se manifesta na sociedade. Quando um professor consegue apresentar as diferentes tradições espirituais como expressões culturais válidas - cada uma com sua história, seus valores e sua contribuição para a formação da identidade coletiva -, está fazendo muito mais do que cumprir um currículo: está formando cidadãos capazes de respeitar diferenças e enxergar a riqueza na diversidade.

As diretrizes do PCNER acertam ao colocar no centro dessa prática três pilares fundamentais: a inclusão de todas as vozes, o diálogo genuíno entre diferentes e a defesa intransigente da liberdade de crença. Essa tríade não serve apenas para evitar conflitos na escola - ela prepara o terreno para uma sociedade onde a diferença religiosa deixe de ser motivo de divisão e possa se tornar, quem sabe, fonte de aprendizado mútuo. Afinal, numa época marcada por radicalismos e intolerâncias, a capacidade de conviver com o diferente sem perder sua própria identidade talvez seja uma das lições mais urgentes que podemos ensinar às novas gerações.

A formação docente para o Ensino Religioso (ER) nas séries iniciais do Ensino Fundamental é um tema de grande relevância no contexto educacional

brasileiro. O documento do FONAPER³⁴ (2015) destaca a importância de uma preparação adequada dos professores e professoras para lidar com a diversidade religiosa presente na sociedade contemporânea.

Historicamente, o ER no Brasil passou por diversas transformações, refletindo as mudanças sociais, políticas e culturais do país. Inicialmente, o ensino religioso estava vinculado a uma única tradição religiosa, mas, com o tempo, houve uma abertura para a pluralidade religiosa, exigindo dos educadores uma formação que contemplasse essa diversidade.

O FONAPER enfatiza que a formação dos professores e professoras deve ir além do conhecimento teológico específico, abrangendo também aspectos pedagógicos, culturais e sociais. É fundamental que os docentes desenvolvam competências para promover o diálogo inter-religioso e a compreensão das diferentes manifestações religiosas, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e respeitosos em relação às diversas crenças.

Além disso, o documento aponta para a necessidade de políticas públicas que assegurem a formação continuada dos professores e professoras de ER, garantindo que estejam atualizados e preparados para enfrentar os desafios contemporâneos da educação religiosa. A integração entre teoria e prática é destacada como essencial para uma formação docente eficaz, permitindo que os professores e professoras articulem os conhecimentos acadêmicos com as realidades vivenciadas em sala de aula.

Dessa forma, a formação docente no Ensino Religioso nas séries iniciais deve ser compreendida como um processo contínuo e multidimensional, que capacite os educadores a mediar o conhecimento religioso de forma inclusiva e reflexiva, respeitando a diversidade e promovendo valores de tolerância e convivência pacífica.

No cenário brasileiro, a profissionalização do ensino busca consolidar-se com base em políticas educacionais que promovam o desenvolvimento docente em consonância com as demandas sociais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (BRASIL, 1996) já estabelece a importância de uma formação sólida para atender às especificidades das disciplinas, incluindo o Ensino Religioso.

³⁴ FONAPER. Estatuto do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (Fonaper). Florianópolis, 2015. Disponível em: https://fonaper.com.br/wp-content/uploads/2020/05/er_na_eb_2015.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

Contudo, a abordagem dessa área exige um preparo que vá além do conteúdo, priorizando a construção de um espaço de diálogo que promova o respeito às diferentes crenças e visões de mundo.

A implementação de programas como o PARFOR³⁵ (Plano Nacional de Formação de Professores e professoras) e o fortalecimento de instituições como a Universidade Aberta do Brasil (UAB)³⁶ representam importantes iniciativas no cenário educacional brasileiro. Esses esforços têm como objetivo principal aprimorar tanto a formação inicial quanto a continuada dos professores e professoras, reconhecendo a necessidade de uma prática docente mais reflexiva e integradora.

O PARFOR, em particular, foi concebido para atender à demanda por formação em nível superior para professores e professoras da educação básica, oferecendo cursos de licenciatura, segundas licenciaturas e formação pedagógica. Essa iniciativa contribui significativamente para a qualificação profissional, especialmente em regiões com maior déficit de formação docente.

De forma complementar, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) desempenha um papel fundamental ao democratizar o acesso à educação superior, por meio da oferta de cursos à distância. Essa modalidade tem possibilitado que professores e professoras em exercício, muitas vezes localizados em áreas remotas, tenham acesso a oportunidades de formação e aperfeiçoamento profissional sem precisarem abandonar suas funções.

Essas ações evidenciam a preocupação com uma formação docente que vá além da simples transmissão de conteúdo, promovendo um ensino mais contextualizado e capaz de atender às demandas de uma sociedade plural e em constante transformação. Ao integrar teoria e prática, esses programas ajudam a consolidar uma visão pedagógica mais crítica e inclusiva, fortalecendo o papel do professor como mediador do conhecimento e agente de mudança.

Sendo assim, a formação de professores e professoras no Ensino Religioso requer um enfoque interdisciplinar, com currículos que capacitem os educadores a lidar com temas sensíveis, promovendo a inclusão e o respeito à diversidade

³⁵ BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Formação de Professores** (PARFOR). Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 20 set. 2024.

³⁶ UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB). Informações sobre a UAB. Disponível em: www.uab.gov.br. Acesso em: 20 set. 2024.

religiosa.³⁷ É essencial que a formação dialogue com os aspectos culturais e éticos do ensino, preparando os docentes para atuarem como mediadores de um aprendizado que respeite e valorize a pluralidade.

No Brasil, a capacitação de educadores para o Ensino Religioso enfrenta diversos desafios, especialmente no que se refere à estruturação de uma formação inicial e continuada robusta. O artigo disponível na Revista de Estudos da Religião destaca os esforços históricos e recentes para suprir a demanda por profissionais habilitados nessa área.³⁸

Nesse contexto, os professores e professoras de ensino religioso têm enfrentado uma luta constante para conquistar a legitimidade e a autonomia desse campo de ensino. Conforme aponta Passos³⁹:

Desde a colonização do país até a década de 1980/90, o ER era ministrado por lideranças eclesiais, ou por pessoas que detinham um conhecimento teológico de uma tradição religiosa, no caso a cristã. Nos períodos colonial e imperial predominava o modelo de ER catequético e confessional, para o qual a finalidade era converter os alunos e garantir a fé cristã. Nesse modelo de ER os alunos eram divididos em classe por credos, que majoritariamente variava entre católicos e protestantes, negligenciando, portanto, os discentes que praticassem outro tipo de fé, e os conteúdos eram somente religiosos.

Com o advento da República e a proclamação da laicidade do Estado em 1891, o ensino religioso passou por modificações que gradualmente tentaram afastá-lo do controle direto das instituições religiosas. No entanto, essa transição foi acompanhada de uma luta constante dos professores e professoras de ensino religioso para legitimar com autonomia essa disciplina dentro do ambiente escolar.

Após a Constituição de 1988, que consagrou o princípio da laicidade do Estado, o ensino religioso adquiriu um caráter distinto: não confessional e voltado para a promoção do respeito à diversidade cultural e religiosa. Contudo, na prática, os docentes enfrentam desafios para se firmarem como protagonistas desse ensino. Muitos professores e professoras precisam lidar com a resistência das comunidades escolares, marcada por crenças e tradições locais, além de enfrentar a falta de

³⁷ KLEMSZ, Charles; SILVA, Roberval Rubens. Formação docente e religiões de matriz africana: necessidades e possibilidades. **Davar Polissêmica**, v. 16, n. 1, p. 151-158, 2022.

³⁸ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Ensino Religioso no Brasil: Da Rejeição à Aceitação no Espaço Escolar. Revista de Estudos da Religião – REVER, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 62-84, jun. 2010. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv2_2010/i_junqueira.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

³⁹ PASSOS, João Décio. **Ensino religioso**: construção de uma proposta. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 59.

formação específica e de recursos pedagógicos que amparem um ensino plural e inclusivo.

Essa luta pela autonomia docente envolve não apenas o reconhecimento do ensino religioso como um componente curricular legítimo, mas também a busca por uma abordagem pedagógica que vá além do proselitismo. Trata-se de transformar o ensino religioso em uma disciplina que fomente o respeito mútuo, a reflexão ética e a valorização da diversidade cultural, permitindo aos professores e professoras exercê-lo com liberdade e competência, sem imposições de dogmas ou confissões religiosas específicas.

Um marco significativo foi a criação, em Santa Catarina, da primeira licenciatura em Ciências da Religião, em 1996. Essa iniciativa estabeleceu um modelo para outros estados, promovendo a estruturação de cursos que atendessem às exigências da legislação educacional e as demandas do ensino de um conteúdo que requer sensibilidade e preparo técnico. Além disso, as licenciaturas passaram a incorporar discussões sobre diversidade cultural e religiosa, enfatizando a importância de uma abordagem pedagógica que promova o respeito à pluralidade e o diálogo inter-religioso.

O texto aponta que, embora os avanços sejam inegáveis, a formação de professores e professoras para o Ensino Religioso ainda enfrenta obstáculos, como a ausência de materiais pedagógicos padronizados e a resistência em reconhecer a disciplina como essencial para a formação integral alunos e das alunas. Esses desafios reforçam a necessidade de políticas públicas que ampliem os programas de formação continuada e ofereçam suporte aos educadores na aplicação da BNCC, que trata o Ensino Religioso como componente curricular obrigatório.

Essa reflexão ressalta o papel fundamental do professor como mediador no processo de ensino e aprendizado, especialmente em contextos escolares que lidam com a pluralidade cultural e religiosa do Brasil.

3.1 CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO RELIGIOSO NAS PRIMEIRAS SÉRIES DO ENSINO FUNDAMENTAL

O papel do professor no Ensino Religioso (ER) nas séries iniciais do Ensino Fundamental é fundamental para que a disciplina seja realmente eficaz. O trabalho do educador vai além de apenas passar informações; ele deve criar um espaço para diálogos e reflexões que incentivem o respeito pelas diferentes religiões e culturas

presentes na nossa sociedade atual. Nesse sentido, a formação dos professores e professoras ganha uma importância especial, pois é ela que os prepara para lidar com os desafios pedagógicos e sociais que envolvem o ensino religioso.

Conforme o documento do FONAPER (2015), a capacitação dos professores e professoras de Educação Religiosa deve ser orientada pela interdisciplinaridade e pelo aprimoramento de habilidades voltadas para o entendimento da diversidade. Isso sugere que o educador não deve se restringir a um único ponto de vista religioso ou ideológico, mas sim, servir como promotor de um ambiente de ensino inclusivo, que valorize e reconheça as variadas crenças e expressões religiosas. Esta metodologia requer um entendimento aprofundado dos princípios teóricos do ER e é uma prática pedagógica dedicada ao diálogo inter-religioso.

Um dos pilares essenciais abordados na formação de professores e professoras é a importância de vincular o ensino religioso às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essa conexão exige que os educadores dominem não apenas o contexto histórico e cultural das diversas tradições religiosas, mas também saibam selecionar estratégias pedagógicas que tornem o aprendizado relevante para a vida dos estudantes.

A atuação do professor e professora está diretamente condicionada pelas oportunidades de formação inicial e continuada que lhe são oferecidas. O FONAPER destaca a importância fundamental da formação permanente, que permite aos educadores de Ensino Religioso acompanharem as rápidas transformações sociais e os novos desafios que surgem no campo educacional. Nesse contexto, espaços formativos como encontros, seminários e cursos de especialização tornam-se instrumentos valiosos para ampliar o repertório pedagógico do docente, capacitando-o a adequar suas abordagens às particularidades de cada realidade escolar.

Um aspecto essencial dessa formação é a articulação entre fundamentação teórica e prática educativa. O professor e professora precisa desenvolver a capacidade de transformar conceitos acadêmicos em propostas pedagógicas significativas, que dialoguem com o universo dos estudantes e com as demandas do ambiente escolar. Essa competência é determinante para evitar que o Ensino Religioso seja reduzido a uma disciplina doutrinária, garantindo em vez disso seu

caráter formativo como espaço de construção da cidadania, onde se cultivam o respeito mútuo e a convivência harmoniosa na diversidade.

Diante dessas considerações, fica evidente o papel central do educador na consolidação de um Ensino Religioso de qualidade nos anos iniciais. Sua preparação precisa ser abrangente e permanente, fornecendo-lhe os subsídios necessários para abordar o pluralismo religioso com base em princípios éticos e pedagógicos sólidos. Somente assim será possível promover aprendizagens verdadeiramente significativas e formar cidadãos capazes de pensar criticamente e agir com respeito diante das diferenças que caracterizam nossa sociedade.

3.2 O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO COMO ESTRATÉGIA PARA A PROMOÇÃO DA TOLERÂNCIA E DO RESPEITO MÚTUO

O diálogo inter-religioso é uma ferramenta essencial para a promoção da tolerância e do respeito mútuo em sociedades marcadas pela diversidade cultural e religiosa. No contexto escolar, especialmente no ensino religioso, ele desempenha um papel crucial na formação ética alunos e das alunas, incentivando a empatia e a compreensão das diferenças. Segundo Passos (2007), "o ensino religioso não deve se limitar a uma prática confessional, mas atuar como um espaço de reflexão e diálogo, promovendo o entendimento das diversas manifestações de fé como parte do patrimônio cultural e espiritual da humanidade" (p. 59).

O diálogo inter-religioso se consolida como elemento essencial para a construção de uma sociedade pacífica, acolhedora e plural. Em um país marcado pela diversidade religiosa como o Brasil, esse intercâmbio entre diferentes tradições espirituais permite não apenas o compartilhamento de valores, mas também a descoberta de pontos comuns que fortalecem os laços sociais. Mais do que uma simples troca de ideias, esse processo representa um caminho concreto para superar preconceitos e estabelecer relações baseadas no respeito mútuo.

Nesse contexto, a Constituição de 1988 assume papel fundamental ao garantir, em seu artigo 5º, a inviolabilidade da liberdade de consciência e crença, estabelecendo como princípio basilar a igualdade de direitos independentemente de convicção religiosa. Esse marco legal não apenas protege a diversidade, mas cria as condições necessárias para que o diálogo entre religiões floresça como instrumento de promoção da cidadania e da convivência democrática.

O artigo 5º, inciso VI, da Constituição Federal de 1988, afirma claramente que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. Esta proteção constitucional da liberdade religiosa é a base para que o diálogo inter-religioso ocorra de forma aberta e segura, uma vez que garante o direito de cada indivíduo de praticar a sua fé sem interferência ou discriminação. Além disso, o inciso VIII do mesmo artigo complementa esta garantia ao prever que “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política”. Esta disposição reforça a igualdade entre os cidadãos ao exigir que as crenças de uma pessoa sejam utilizadas como justificção para negar os seus direitos. Num ambiente de diálogo inter-religioso, esta igualdade é essencial porque promove um campo de desconstrução onde todas as tradições são respeitadas em pé de igualdade, sem que uma seja imposta à outra.

Em compensação, o fundamental no contexto do diálogo inter-religioso é a laicidade do Estado, estabelecida no artigo 19, inciso I, da Constituição Federal, que proíbe o Estado de “estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embarcar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou suas representantes relações de dependência ou aliança”. Essa laicidade assegura que o Estado brasileiro seja neutro em relação às diferentes religiões, permitindo que todas coexistam sem favoritismos e privilégios. Entretanto, o mesmo artigo ressalta que o Estado pode colaborar com as religiões em temas de interesse público, abrindo espaço para parcerias que promovam a justiça social, os direitos humanos e a paz, objetivos comuns a muitas tradições religiosas.

O ordenamento jurídico brasileiro não apenas permite, mas estimula ativamente o diálogo entre religiões como ferramenta essencial para edificar uma sociedade mais justa e plural. Quando diferentes tradições espirituais se encontram em bases de respeito mútuo, descobrem valores compartilhados que se transformam em alicerces para a convivência harmoniosa. Essa troca genuína possui um poder transformador - é capaz de dissolver tensões, prevenir conflitos e tecer uma rede de compreensão que beneficia toda a coletividade.

Neste cenário de rica diversidade religiosa, compreender a legislação educacional torna-se fundamental. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 33, parágrafo 2º, estabelece um mecanismo

democrático importante: determina que os sistemas de ensino devem consultar representantes das diversas denominações religiosas para organizar o ensino religioso nas escolas. Essa previsão legal não é mera formalidade - representa um cuidado concreto para garantir que nenhum aluno seja prejudicado em seu desenvolvimento integral, seja intelectual ou emocional, em função de abordagens inadequadas da disciplina. Trata-se de uma salvaguarda valiosa contra situações constrangedoras ou doutrinárias que poderiam ferir a liberdade de crença dos estudantes e suas famílias.

Freire (1987, p. 80)⁴⁰ sustenta que a educação libertadora deve ser um processo dialógico de conscientização, onde educadores e educandos, em relação horizontal, desenvolvem uma leitura crítica do mundo, acolhendo diferentes cosmovisões e promovendo valores como respeito mútuo e solidariedade. Essa perspectiva dialógica oferece bases fundamentais para a construção de um diálogo inter-religioso autêntico em sociedades plurais.

Na prática educativa, a exploração reflexiva das diversas crenças e práticas religiosas possibilita a formação de cidadãos conscientes e tolerantes. Como enfatiza o referencial freireano, esse processo deve transcender a mera transmissão de informações, incorporando: (1) atividades vivenciais como visitas a espaços sagrados de diferentes tradições; (2) rodas de diálogo inter-religioso mediadas pedagogicamente; e (3) projetos colaborativos que celebrem a diversidade espiritual (BOFF, 2019)⁴¹. Essas estratégias metodológicas concretizam o diálogo genuíno entre estudantes de distintas origens, contribuindo para uma sociedade inclusiva, onde as diferenças religiosas são reconhecidas como patrimônio cultural humano.

Paulo Freire⁴², em *Pedagogia do Oprimido*, define o diálogo como um encontro humano em que os sujeitos, mediatizados pelo mundo, se reconhecem mutuamente e transformam a realidade (FREIRE, 1987, p. 79). Para ele, esse processo exige escuta ativa, amorosidade (p. 80) e rejeita relações hierárquicas, propondo uma educação horizontal onde todos são coautores do conhecimento – em contraste com o modelo 'bancário' de ensino (FREIRE, 1987, p. 58).

⁴⁰ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁴¹ BOFF, Leonardo. **Fé e Justiça**: O caminho do diálogo inter-religioso. Petrópolis: Vozes, 2019.

⁴² FREIRE, 1987.

O diálogo autêntico, segundo Freire⁴³, estabelece o diálogo como princípio educativo essencial, caracterizado pela humildade, reciprocidade e negação de hierarquias rígidas. Para o autor, o verdadeiro diálogo pressupõe que todos os participantes são portadores de saberes e possibilidades de aprendizagem, rejeitando qualquer forma de dominação ou imposição (FREIRE, 1987, p. 80-82). Essa concepção vai além de uma simples técnica pedagógica, configurando-se como um ato político de reconhecimento mútuo e transformação social.

No contexto educacional, esse diálogo é uma ferramenta poderosa para promover o respeito às diferenças culturais, sociais e religiosas. Ao incorporar a escuta ativa, os alunos não apenas ouvem, mas compreendem as experiências e significados do outro, criando um ambiente de confiança e abertura. No diálogo inter-religioso, essa prática favorece a troca genuína entre indivíduos de diferentes crenças, sem julgamentos ou tentativas de conversão.

Assim, ao implementar práticas pedagógicas baseadas no diálogo freiriano, a escola desempenha um papel essencial na formação de cidadãos capazes de reconhecer, respeitar e celebrar a diversidade. Essa abordagem educacional transforma a convivência social, promovendo a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e plural.

O diálogo, na perspectiva freireana, constitui-se como uma dialética que articula reflexão crítica e ação transformadora. Longe de reduzir-se a uma mera troca discursiva, assume caráter instrumental como mecanismo de desconstrução de hegemonias e reconfiguração das relações sociais (FREIRE, 1987). No contexto inter-religioso, essa abordagem implica transcender o reconhecimento passivo da diversidade, assumindo uma postura ativa de a desnaturalização de estruturas de poder que perpetuam a intolerância religiosa; problematização dos dispositivos estereotipado; e a construção coletiva de estratégias de enfrentamento às assimetrias socioculturais (CANDAU, 2021)⁴⁴.

Contudo, o conceito de diálogo em Freire⁴⁵ enfatiza que o diálogo é fundamental para a humanização e a transformação social, e que ele deve ser baseado no respeito mútuo e na valorização do outro como sujeito nesse sentido, o

⁴³ FREIRE, 1987.

⁴⁴ CANDAU, V. M. F. **Diferenças culturais e educação**. Petrópolis: Vozes, 2021.

⁴⁵ FREIRE, 1987, p. 44-45.

diálogo se torna um caminho para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária, fundamentada no respeito às diferenças.

O Ensino Religioso no Ensino Fundamental, quando analisado à luz da Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire (1996)⁴⁶, deve romper com modelos tradicionais que privilegiam a transmissão vertical de dogmas e crenças. Freire critica a "educação bancária", propondo em seu lugar uma prática pedagógica dialógica, em que os conhecimentos religiosos alunos e das alunas sejam ponto de partida para a construção coletiva de saberes. Essa abordagem transforma a sala de aula em espaço de problematização das experiências religiosas, onde se discute não apenas o conteúdo das tradições, mas seu papel na sociedade.

A proposta freireana aplicada ao Ensino Religioso implica três dimensões interligadas: epistemológica, ao reconhecer os educandos como sujeitos de conhecimento e não receptores passivos; metodológica, ao substituir aulas expositivas por círculos de diálogo onde as vivências religiosas são compartilhadas e refletidas criticamente; e política, ao abordar as religiões como fenômenos culturais dinâmicos, inseridos em contextos de poder e desigualdade. Como afirma Freire (1996, p. 47), "o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo".

Nessa perspectiva, o Ensino Religioso deixa de ser instrumento de doutrinação para tornar-se ferramenta de promoção do respeito à diversidade e de combate à intolerância. O professor e professora assumem o papel de mediadores que, longe de neutralidade ingênua, explicita os conflitos e contradições presentes no campo religioso, incentivando os alunos a posicionarem-se criticamente frente a discursos fundamentalistas ou excludentes. A avaliação, nesse modelo, não mede a retenção de informações sobre ritos ou escrituras, mas a capacidade de engajamento em diálogos inter-religiosos respeitosos e transformadores.

Ao aplicar os princípios de Paulo Freire ao Ensino Religioso no Ensino Fundamental, é possível identificar várias convergências e divergências. Primeiramente, a ideia de uma prática pedagógica libertadora, defendida por Freire, tem um grande potencial de transformação dentro da área do Ensino Religioso. Ao invés de impor dogmas ou doutrinas, o Ensino Religioso pode se tornar um espaço de reflexão crítica, onde os alunos são incentivados a questionar e explorar diversas

⁴⁶ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

tradições religiosas, desenvolvendo um entendimento mais amplo e respeitoso sobre as diversas formas de crença. Isso está em consonância com a proposta de Freire, que preconiza que o ensino deve ser uma prática que valoriza a autonomia do estudante, permitindo-lhe desenvolver seu pensamento crítico e sua capacidade de reflexão sobre os temas abordados.

Ademais, o respeito à cultura e identidade alunos e das alunas, que é uma das premissas da pedagogia de Freire, é um ponto de convergência importante no contexto do Ensino Religioso. Considerando a diversidade religiosa presente nas escolas, a abordagem freiriana oferece um caminho para tratar a pluralidade religiosa de forma inclusiva e respeitosa. Em vez de buscar uma uniformidade de pensamento religioso, o Ensino Religioso deve ser um campo que valoriza as diferentes perspectivas, permitindo às pessoas discentes refletir sobre suas próprias crenças, ao mesmo tempo que respeitam e compreendem as crenças dos outros. Isso implica em um ambiente de aprendizagem em que a identidade religiosa de cada aluno é respeitada, o que é essencial para a construção de um espaço escolar mais inclusivo e acolhedor.

Por outro lado, a proposta de Freire também envolve uma crítica à educação tradicional, muitas vezes centrada na figura do professor como o único detentor do saber. No Ensino Religioso, isso se reflete na necessidade de um modelo de ensino que não seja autoritário e dogmático, mas que permita às pessoas discentes participarem ativamente no processo de aprendizagem. Os alunos devem ser vistos como coparticipantes na construção do conhecimento religioso, contribuindo com suas próprias experiências e questionamentos. Isso vai ao encontro da visão de Freire, que critica o modelo “bancário” de educação, no qual o conhecimento é depositado no aluno, sem uma troca verdadeira entre professor e aluno.

Em relação aos objetivos da educação, Freire defende uma educação que seja crítica e transformadora. O Ensino Religioso, dentro dessa perspectiva, deve ser mais do que apenas um meio de transmissão de conteúdo religioso. Ele deve contribuir para a formação de cidadãos conscientes, capazes de refletir sobre a ética, a moral e as questões existenciais a partir de uma perspectiva religiosa, mas também crítica e aberta à diversidade. O Ensino Religioso, assim, se torna uma ferramenta não apenas para a formação religiosa alunos e das alunas, mas para a

formação de indivíduos com capacidade de questionar, entender e respeitar as diferentes visões de mundo.

Logo, a relação entre a obra de Paulo Freire e o Ensino Religioso no Ensino Fundamental é marcada por uma proposta de transformação na maneira como o conhecimento religioso é transmitido. A aplicação dos princípios de Freire pode levar o Ensino Religioso a ser um espaço de reflexão crítica, respeito à diversidade e valorização da autonomia do aluno e da aluna, contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva, transformadora e comprometida com os valores de liberdade e respeito à identidade de cada indivíduo.

O papa João Paulo II afirma: “Cada um dos fiéis e todas as comunidades cristãs são chamados a praticar o diálogo”⁴⁷. Assim, o diálogo deve integrar a essência do ser cristão, não sendo visto como algo opcional. Isso se torna ainda mais evidente considerando que, tanto na sociedade quanto na própria Igreja e nas comunidades, há uma diversidade significativa. Cada indivíduo é único, singular e insubstituível, e as diferenças vão além do aspecto religioso e cultural.

Dessa forma, o diálogo emerge como uma ferramenta indispensável para promover a convivência pacífica e o respeito mútuo em um mundo marcado pela pluralidade. A orientação de João Paulo II⁴⁸ reforça que o diálogo não é meramente um instrumento prático, mas uma expressão da fé vivida em comunidade. Ele exige abertura de coração e mente, fundamentando-se no reconhecimento da dignidade e do valor inerente a cada pessoa.

Na perspectiva cristã, o diálogo não busca apagar ou uniformizar as diferenças, mas valorizá-las como riquezas que contribuem para o crescimento humano e espiritual. É nesse contexto que o diálogo inter-religioso ganha destaque, sendo uma forma de testemunhar a fé ao mesmo tempo em que se acolhe a diversidade como parte do plano divino. Essa prática se torna um meio de superar preconceitos e criar pontes que liguem indivíduos e comunidades de diferentes crenças, promovendo a solidariedade e a fraternidade universal.

O diálogo, portanto, deve ser entendido como uma prática ativa que vai além do discurso. Ele implica em escutar o outro com empatia, compreender suas

⁴⁷ FITZGERALD, Michael. Evangelization and interreligious dialogue. Origin, Washington, v.33, n. 23, 2003, p. 402.

⁴⁸ JOÃO PAULO II. *Redemptoris Missio: sobre a missio ad gentes*. Vatican.va. 1990. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_07121990_redemptoris-missio.html. Acesso em: 20 set. 2024.

perspectivas e buscar pontos de convergência que favoreçam a harmonia social. Na sociedade contemporânea, onde as divisões culturais, religiosas e políticas frequentemente geram conflitos, o diálogo se apresenta como um caminho para a construção de uma convivência justa e pacífica.

Além disso, a prática do diálogo contribui para a formação de uma ética comum, na qual valores como respeito, tolerância e solidariedade se tornam alicerces das relações humanas. No âmbito das comunidades cristãs, isso significa viver o Evangelho de maneira concreta, traduzindo a mensagem de amor e reconciliação de Cristo em ações cotidianas.

Por fim, ao considerar a diversidade como uma riqueza e o diálogo como uma atitude essencial, não apenas se promove a paz, mas também se cria um ambiente propício para o crescimento individual e coletivo. O ensinamento de João Paulo II nos desafia a abraçar o outro em sua totalidade, reconhecendo que, mesmo nas diferenças, há um reflexo do divino que nos une em nossa humanidade comum.

O conhecimento das diferentes religiões e o respeito mútuo são pilares essenciais para a construção de um diálogo inter-religioso autêntico. Embora a conversão possa ser uma consequência natural do encontro entre diferentes tradições, ela não deve ser vista como condição ou objetivo principal deste diálogo. O verdadeiro propósito reside em promover um espaço de aprendizado mútuo, onde o respeito e a troca de experiências espirituais enriquecem a convivência e a compreensão.

Nesse sentido, é crucial adotar uma postura aberta à ação do Espírito, que se manifesta de maneira diversa em todas as culturas e religiões. O Espírito não está limitado ao cristianismo ou a qualquer outra tradição específica; ele transcende as fronteiras religiosas, agindo universalmente. Swidler⁴⁹ ressalta essa perspectiva ao afirmar que “o que é espiritual sempre vem da mesma fonte divina”. Essa visão reforça a ideia de que há uma unidade essencial por trás das múltiplas expressões religiosas, unindo-as em uma busca comum pela transcendência.

O diálogo inter-religioso não deve ser encarado como um campo de disputa ou imposição de verdades, mas como um espaço de convivência harmônica, onde a diversidade religiosa é valorizada. Reconhecer que o divino se manifesta de formas diversas é um passo significativo para superar preconceitos e fortalecer os laços

⁴⁹ SWIDLER, Leonard. "The Dialogue of Cultures." In: **Religion, Spirituality, and the Future of America**. Atlanta: Scholars Press, 1988. p. 38.

entre tradições. Essa compreensão exige humildade, uma vez que implica aceitar que nenhuma religião detém a totalidade da verdade, mas que todas, em sua essência, refletem aspectos complementares de uma realidade maior e transcendente.

Swidler⁵⁰ nos convida a perceber que, embora “o que é espiritual sempre venha da mesma fonte divina”, essa unidade não elimina as diferenças, mas as acolhe como manifestações legítimas e enriquecedoras. A diversidade religiosa não é um obstáculo, mas uma oportunidade para o crescimento coletivo, permitindo que cada tradição contribua com seus ensinamentos e riquezas espirituais para o entendimento global da espiritualidade.

⁵⁰ SWIDLER, 1988, p. 38.

4 ESTRATÉGIAS INOVADORAS PARA O ENSINO RELIGIOSO NAS SERIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I

O presente capítulo apresenta propostas de intervenção para abordar o Ensino Religioso no Ensino Fundamental I, que desempenha um papel essencial na formação integral alunos e das alunas, promovendo valores como respeito, empatia e tolerância. Em um mundo cada vez mais diversificado, cabe aos educadores transformar suas práticas pedagógicas para tornar as aulas mais dinâmicas, inclusivas e alinhadas às necessidades do século XXI.

As estratégias inovadoras de planejamento no Ensino Religioso envolvem uma escolha de metodologias, que colocam os alunos como protagonistas do aprendizado, fazendo que ele seja o autor principal desse contexto e a integração de tecnologias digitais inovadoras, ferramentas que ampliam as possibilidades de interação e engajamento. Além disso, práticas que valorizam a diversidade cultural e religiosa ajudam a construir um ambiente de diálogo, essencial para a convivência em uma sociedade multicultural.

Nesta proposta de formação, os professores e professoras serão orientados a um conjunto de ferramentas práticas, incluindo dinâmicas de grupo, jogos pedagógicos, projetos interativos e recursos tecnológicos. Esses elementos visam enriquecer o processo de ensino-aprendizagem e aproximar os conteúdos religiosos do cotidiano alunos e das alunas, respeitando a diversidade de crenças e promovendo o desenvolvimento de competências socioemocionais. O curso oferece uma série de recursos que garantem a qualidade e a continuidade do aprendizado dos participantes. Entre os materiais incluídos, destacam-se uma apostila resumida contendo os principais conteúdos abordados durante as aulas, um certificado digital de participação, além de links e sugestões de ferramentas digitais voltadas para a aplicação do Ensino Religioso. Esses recursos visam proporcionar aos educadores ferramentas práticas e acessíveis para enriquecer suas práticas pedagógicas.

Entre os diferenciais da formação está a abordagem de encontros eficientes e objetivos, com foco em soluções práticas que podem ser implementadas de imediato. As atividades propostas são interativas, permitindo aos participantes um aprendizado direto e efetivo, com a possibilidade de aplicar os conhecimentos adquiridos de maneira prática. Além disso, o curso disponibiliza material

complementar que possibilita aos participantes continuar o processo de aprendizagem após o término das aulas, promovendo um desenvolvimento contínuo e aprofundado dos temas abordados.

4.1 ESTRUTURA DA FORMAÇÃO E ABORDAGEM DA CAPACITAÇÃO PARA O ENSINO RELIGIOSO NAS SERIES INICIAIS

Este módulo de formação foi desenvolvido com uma carga horária de 4 horas, organizadas de maneira acessível para atender às necessidades dos professores e professoras. As atividades poderão ser realizadas em um único dia de forma intensiva ou distribuídas em encontros de curta duração, com períodos de 1 a 2 horas por sessão, conforme a disponibilidade do planejamento para formação dos professores e professoras. A formação estará disponível em dois formatos, garantindo transitabilidade e conveniência:

Essa etapa será ofertada de maneira Online, a qual Ministrada por meio de plataformas digitais, como o Google Meet, possibilitando a participação de educadores de diversas localidades. Como também de forma Presencial, a qual será realizada em instituições de ensino, centros de formação educativos, favorecendo a interação direta entre os participantes e a troca de experiências presenciais.

Essa inovação é destinada a professores e professoras das series iniciais do Ensino Fundamental I e demais educadores interessados em aprimorar suas práticas pedagógicas na área do Ensino Religioso. Ele se apresenta como uma oportunidade ideal para aqueles que desejam inovar no planejamento de aulas, integrar recursos tecnológicos ao processo de ensino e abordar de maneira eficaz a diversidade religiosa e cultural no ambiente escolar.

A abordagem para capacitação no Ensino Religioso é um elemento fundamental para garantir a eficácia e a qualidade desse componente curricular, especialmente nas séries iniciais do Ensino Fundamental I. Considerando a diversidade religiosa presente nas escolas e a importância do desenvolvimento de valores éticos, é imprescindível que os docentes recebam uma formação adequada, que os capacite a lidar com as diferenças religiosas e culturais de maneira respeitosa e inclusiva.

O Ensino Religioso desempenha um papel importante na formação de cidadãos conscientes, éticos. Entretanto, a ausência de uma abordagem pedagógica

sólida pode resultar em práticas que não favorecem o respeito à diversidade e a construção de valores universais. Nesse sentido, a capacitação docente se apresenta como uma estratégia essencial para fortalecer o ensino religioso, proporcionando aos professores e professoras os recursos necessários para lidar com as especificidades de cada grupo de alunos, ao mesmo tempo em que promove o diálogo inter-religioso e a valorização das diversas crenças presentes na sociedade.

Esta abordagem para formação, visa estruturar e direcionar as práticas pedagógicas no ensino religioso, por meio de um plano formativo que contemple as dimensões teóricas e práticas necessárias para o sucesso dessa disciplina. A formação docente, além de proporcionar conhecimentos sobre as diferentes tradições religiosas, deve desenvolver competências para a gestão de ambientes de aprendizagem que favoreçam a reflexão crítica, o respeito mútuo e a construção de valores éticos. A capacitação também deve abranger a análise das dificuldades enfrentadas pelos professores e professoras, como a falta de material didático adequado, e propor soluções que favoreçam uma educação inclusiva.

Por meio dessa abordagem, espera-se contribuir para a melhoria das práticas pedagógicas no Ensino Religioso, oferecendo aos professores e professoras as ferramentas e conhecimentos necessários para que possam promover uma educação que respeite as diversidades religiosas, construa valores de solidariedade e compreensão mútua, e, assim, contribua para o fortalecimento de uma sociedade mais justa e acolhedora.

4.2 MÓDULO 1: FUNDAMENTOS E DESAFIOS DO ENSINO RELIGIOSO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece parâmetros inovadores para o Ensino Religioso, transformando-o em disciplina que valoriza a diversidade cultural e religiosa brasileira. O documento orienta uma abordagem pedagógica não proselitista, focada no diálogo inter-religioso e no respeito às diferentes manifestações de fé e espiritualidade (BRASIL, 2018)⁵¹.

Na prática escolar, essa perspectiva se materializa por meio de estratégias que privilegiam o conhecimento histórico e antropológico das tradições religiosas. Professores e professoras que trabalham com essa abordagem costumam relatar a

⁵¹ BRASIL, 2018.

importância de atividades que vão além da transmissão de conteúdo, como a análise comparada de textos sagrados, o estudo de festividades religiosas em diferentes culturas e a discussão sobre a relação entre religião e sociedade.

Os desafios na implementação são significativos, especialmente no que diz respeito à formação docente e à elaboração de materiais didáticos adequados. Muitos educadores enfrentam dificuldades para equilibrar a neutralidade exigida pelo caráter laico do ensino público com a necessidade de abordar temas religiosos de forma profunda e respeitosa. A BNCC sugere que esse equilíbrio pode ser alcançado através de metodologias ativas que coloquem os alunos no centro do processo de aprendizagem.

Pesquisas recentes demonstram que escolas que adotam essa abordagem pluralista no Ensino Religioso observam melhoria no clima escolar e no respeito às diferenças. O desenvolvimento de competências como empatia, pensamento crítico e capacidade de diálogo aparece como resultado frequente quando o trabalho é conduzido com base nos princípios estabelecidos pela BNCC.

4.2.1 A diversidade cultural e religiosa em sala de aula.

A sala de aula contemporânea se configura como um microcosmo da diversidade cultural e religiosa presente na sociedade. Essa pluralidade, quando abordada pedagogicamente, transforma-se em potente ferramenta educativa, capaz de promover não apenas conhecimento, mas valores fundamentais para a convivência democrática. Como destaca Candau (2017, p. 34)⁵², "a educação intercultural não se limita a reconhecer as diferenças, mas as coloca em diálogo, transformando-as em eixo estruturante do processo pedagógico".

O trabalho com essa diversidade exige do educador uma postura mediadora que ultrapasse a mera tolerância. Trata-se de criar condições para que os alunos compreendam as tradições religiosas e culturais em seus contextos históricos e sociais, sem hierarquizações ou juízos de valor. Nesse processo, conforme estabelece a BNCC (BRASIL, 2018)⁵³, o ensino religioso assume caráter não proselitista, focando no diálogo inter-religioso e no respeito às diferentes expressões de fé e cultura.

⁵² CANDAU, V. M. F. **Educação intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

⁵³ BRASIL, 2018.

4.2.2 O papel do professor como mediador do diálogo inter-religioso no Contexto Escolar

Em um país tão diverso como o Brasil, a escola é um espaço privilegiado para o encontro entre diferentes culturas e religiões. Aqui, o professor e professora não é apenas um transmissor de conhecimentos, mas um mediador essencial, alguém que ajuda a construir pontes entre visões de mundo distintas.

Quando falamos de diálogo inter-religioso, não se trata apenas de apresentar informações sobre crenças diferentes. É preciso ir além: criar um ambiente onde os alunos se sintam seguros para compartilhar suas experiências, questionar preconceitos e, principalmente, aprender a ouvir. Como bem lembra Paulo Freire, a educação verdadeira não é neutra – ela nos desafia a refletir sobre nossos próprios valores e a reconhecer o outro em sua integralidade.

Nesse processo, o papel do educador é fundamental. Ele não impõe verdades, mas facilita conversas respeitadas. Não silencia diferenças, mas mostra como elas podem coexistir. Afinal, numa sala de aula, cada aluno traz sua história, sua fé (ou falta dela), e suas dúvidas. Cabe ao professor e professora garantir que esse encontro não vire um campo de disputa, mas uma oportunidade de crescimento coletivo.

Na função de mediador, o professor e professora assume um papel fundamental no combate a preconceitos e estereótipos religiosos, criando espaços de diálogo que permitam às pessoas discentes desenvolver uma postura mais reflexiva e respeitosa diante da diversidade religiosa. Essa abordagem, baseada no princípio do diálogo inter-religioso, incentiva os estudantes a questionarem visões preconcebidas e a compreenderem os contextos históricos e culturais por trás de diferentes tradições espirituais. Segundo o teólogo Hans Küng (2004)⁵⁴, uma educação que valoriza o pluralismo religioso contribui para a construção de sociedades mais justas e pacíficas, pois reconhece que o respeito às diferenças é essencial para a convivência democrática.

O papel do professor e professora vai além da simples transmissão de conhecimento; ele é um facilitador do diálogo e da compreensão, garantindo que todas as vozes e perspectivas sejam ouvidas e respeitadas. Esse processo educativo ativo é essencial para a formação de cidadãos que valorizam a

⁵⁴ KÜNG, Hans. **Projeto de ética mundial**: Uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana. São Paulo: Paulinas, 2004.

coexistência pacífica. Como destacado por Gusmão, a promoção do respeito às diferenças não é apenas uma responsabilidade do educador, mas uma necessidade cultivar uma convivência harmônica, onde as diversidades são entendidas como componentes essenciais da vida em sociedade e não meras barreiras a serem superadas.

Portanto, ao fomentar um ambiente escolar inclusivo e respeitoso, o ensino inter-religioso não apenas contribui para a transformação das percepções individuais sobre crenças diferentes, mas também prepara os alunos para atuarem de forma crítica e consciente em um mundo cada vez mais multicultural

Desafios na Mediação do Diálogo Inter-Religioso

Apesar de sua relevância, a mediação do diálogo inter-religioso apresenta desafios significativos. Muitos professores e professoras não possuem formação específica para abordar temas religiosos de forma neutra e pedagógica. Além disso, podem surgir tensões devido a conflitos ideológicos ou à falta de entendimento sobre a função social da escola.

Outro desafio está na superação do proselitismo, garantindo que a mediação seja imparcial e respeite a pluralidade de crenças e a ausência delas. O professor deve evitar posicionamentos que favoreçam ou desvalorizem qualquer tradição religiosa, mantendo um ambiente educativo inclusivo e democrático.

4.2.3 Estratégias para a Mediação Eficaz Para o Ensino Religioso

O ensino religioso, quando bem conduzido, pode se tornar um espaço privilegiado para o diálogo e a construção de valores democráticos. Como afirma Junqueira (2018, p. 45)⁵⁵, "o grande desafio não está em ensinar sobre religiões, mas em criar condições para que os alunos aprendam a conviver com a diferença religiosa". Essa abordagem exige do educador uma postura que equilibre conhecimento teórico e sensibilidade pedagógica.

Um dos primeiros passos é reconhecer que a sala de aula reflete a diversidade religiosa da sociedade. Alguns alunos vêm de famílias profundamente religiosas, outros se identificam como ateus ou agnósticos, e muitos estão em processo de construção de suas identidades espirituais. O professor mediador

⁵⁵ JUNQUEIRA, S. R. A. **Ensino Religioso**: fundamentos e métodos. São Paulo: Paulinas, 2018.

precisa acolher todas essas experiências sem julgamentos, criando um ambiente seguro para o compartilhamento de vivências.

A escolha de metodologias adequadas faz toda a diferença. Em vez de longas exposições sobre dogmas e rituais, proponho atividades que estimulem a reflexão crítica. Analisar como diferentes tradições abordam temas universais como a justiça, a compaixão ou a morte, por exemplo, pode revelar tanto diferenças quanto valores compartilhados. Como observa Teixeira (2016, p. 108)⁵⁶, "o estudo comparado não deve servir para hierarquizar crenças, mas para ampliar a compreensão do fenômeno religioso".

Outro aspecto fundamental é a relação entre fé e cultura. Muitas vezes, os alunos não conseguem separar elementos religiosos de suas manifestações culturais. Uma estratégia eficaz é trabalhar com festividades religiosas, mostrando como uma mesma data pode ser vivenciada de formas diferentes por diversas comunidades. Isso ajuda a superar visões estereotipadas e a reconhecer a complexidade das tradições religiosas.

Por fim, é importante lembrar que a mediação no ensino religioso não termina quando a aula acaba. O professor e professora devem estar atento a como esses conteúdos ecoam nas relações entre os alunos, nos pátios e corredores da escola. Pequenos gestos de respeito e acolhimento, cultivados no espaço da aula, podem se transformar em sementes de convivência harmoniosa para além dos muros escolares.

4.2.4 Importância sobre Diversidade e Inclusão Religiosa

Um dos maiores desafios ao abordar a diversidade religiosa em sala de aula surge justamente da riqueza de crenças e visões de mundo presentes entre os alunos. Como educadores, já nos deparamos com situações delicadas: um comentário desrespeitoso sobre determinada religião, risos diante de relatos de fé alheia ou até mesmo o silêncio constrangedor quando o assunto é proposto. Essas reações, muitas vezes, refletem não apenas desconhecimento, mas também preconceitos internalizados que a escola tem o dever de ajudar a superar. Como bem lembra Faustino Teixeira (2016)⁵⁷, "o diálogo inter-religioso não começa com o conhecimento sobre o outro, mas com o reconhecimento da própria ignorância" - e é

⁵⁶ TEIXEIRA, Faustino. **Religiões em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2016.

⁵⁷ TEIXEIRA, Faustino. **Diálogo e Paz: interfaces entre religiões**. São Paulo: Paulinas, 2016.

exatamente esse ponto de partida humilde que precisamos adotar como educadores.

A questão da laicidade do ensino frequentemente gera dúvidas entre os professores e professoras. Como abordar temas religiosos sem ferir o caráter laico da escola pública? Na prática, a neutralidade não significa omitir-se ou fingir que as diferenças não existem, mas sim criar condições para que elas sejam discutidas com rigor metodológico e respeito. Trabalho sempre com três princípios básicos: contextualização histórica (mostrando como as tradições religiosas se desenvolveram), comparação temática (analisando como diferentes religiões abordam questões humanas universais) e, principalmente, espaço para a expressão das experiências pessoais. Como destaca o Parecer CNE/CP nº 8/2012⁵⁸, "o ensino sobre religiões deve privilegiar a abordagem cultural e histórica, garantindo o direito à diferença sem proselitismo".

O maior aprendizado em minha trajetória foi perceber que discussões sobre religião não devem ser evitadas, mas sim cuidadosamente mediadas. Quando um aluno manifesta visões preconceituosas, por exemplo, evito confrontá-lo diretamente. Em vez disso, proponho atividades que criem identificação: "Como você se sentiria se alguém dissesse isso sobre sua crença?" ou "Vamos pesquisar o que essa religião realmente ensina sobre esse tema?". A pesquisadora Maria José Rosado (2019)⁵⁹ observa que "a desconstrução de estereótipos religiosos se dá mais eficazmente pela experiência do que pela argumentação". Por isso, valorizo sempre que possível o contato direto com representantes de diferentes tradições (em visitas ou palestras) e o estudo de biografias que mostrem a vivência concreta da fé.

4.2.5 Gestão de Conflitos em Sala de Aula

Os conflitos envolvendo diferenças religiosas em sala de aula representam um desafio complexo para os educadores. Essas situações, quando mal administradas, podem gerar divisões profundas entre os alunos; quando bem conduzidas, transformam-se em oportunidades valiosas de aprendizagem intercultural. Pesquisas indicam que tais conflitos frequentemente têm suas raízes

⁵⁸ BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 8/2012.

⁵⁹ ROSA, Maria José. **Educação e Diversidade Religiosa**: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 2019.

não em divergências teológicas, mas na reprodução de estereótipos sociais e familiares⁶⁰.

A mediação eficaz dessas situações exige uma abordagem pedagógica estruturada em três dimensões principais. Inicialmente, é fundamental estabelecer um contrato didático claro no início do ano letivo, definindo normas de convivência que garantam o respeito mútuo. Em seguida, quando surgem tensões, recomenda-se a aplicação de técnicas de escuta ativa, nas quais os alunos são orientados a reformular os argumentos dos colegas antes de apresentar contraposições. Por fim, a transformação do conflito em objeto de estudo sistemático mostra-se particularmente eficaz, permitindo a análise coletiva de situações-problema de forma contextualizada.

Estudos antropológicos demonstram que os conflitos religiosos em ambiente escolar frequentemente refletem estruturas mais amplas de discriminação presentes na sociedade⁶¹. Nesse sentido, a abordagem educacional mais eficiente não se limita à administração imediata do conflito, mas incorpora uma perspectiva histórica e sociológica. A apresentação de dados sobre a construção social das representações religiosas, por exemplo, ajuda os alunos a compreenderem a natureza complexa e culturalmente situada de suas próprias convicções.

4.2.6 Desafios: metodologias e formação docente

Uma dificuldade que pode surgir é a implementação de metodologias inovadoras que abordem a diversidade religiosa de maneira criativa. Quais métodos pedagógicos têm se mostrado eficazes no ensino sobre diversidade religiosa? Como você tem utilizado recursos como filmes, debates, leitura de textos ou visitas a espaços religiosos para enriquecer as aulas? Esta parte da discussão pode gerar sugestões sobre como melhorar a prática pedagógica, utilizando recursos diferentes para engajar os alunos e ajudá-los a entender melhor a pluralidade religiosa.

A falta de formação específica sobre o tema da diversidade religiosa é um desafio comum entre muitos educadores. Como os professores e professoras podem se capacitar para lidar com questões religiosas e culturais de maneira sensível e respeitosa? Que tipo de formação continuada seria mais útil para preparar os educadores para essa tarefa? A troca de ideias sobre como se atualizar e buscar

⁶⁰ BOLOGNA, José Ernesto. **Mediação de Conflitos na Escola**. São Paulo: Edições Loyola, 2018.

⁶¹ BIRMAN, Patrícia. **Religiões e Diálogo Social**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

formas de aprimorar o conhecimento sobre o tema pode ser enriquecedora e levar a novas formas de abordagem.

4.3 MÓDULO 2: METODOLOGIAS ATIVAS E FERRAMENTAS PRÁTICAS (2H)

O desafio de engajar os alunos no processo de aprendizagem nunca foi tão complexo quanto nos dias atuais. Com a crescente dispersão causada pelos estímulos digitais e as mudanças no perfil dos estudantes, os educadores precisam repensar suas estratégias de ensino. Neste contexto, as metodologias ativas surgem como poderosas aliadas, transformando a relação tradicional entre professor e aluno.

A Aprendizagem Baseada em Projetos se destaca como uma abordagem eficaz, onde os estudantes deixam de ser meros receptores de informação para se tornarem pesquisadores ativos. Ao trabalhar com problemas reais e projetos concretos, os alunos desenvolvem não apenas conhecimento teórico, mas também habilidades práticas essenciais para o século XXI. Essa metodologia estimula a autonomia, pois cada estudante pode seguir caminhos diferentes para chegar a soluções criativas para os desafios propostos.

Paralelamente, os Jogos Pedagógicos oferecem uma forma lúdica de abordar conteúdos muitas vezes considerados áridos pelos alunos. Quando bem planejados, esses jogos criam situações de aprendizagem imersivas, onde os conceitos são assimilados naturalmente através da experiência prática. O aspecto competitivo ou colaborativo dos jogos aumenta o engajamento, enquanto a estrutura de regras proporciona um ambiente seguro para experimentação e erro.

O verdadeiro potencial dessas metodologias aparece quando são combinadas de forma estratégica. Um projeto pode ser estruturado como uma grande missão a ser cumprida, com desafios progressivos que levam os alunos a aplicar conhecimentos de diversas áreas. Os jogos, por sua vez, podem ser usados como ferramentas para revisar conceitos ou quebrar a rotina das aulas tradicionais. O importante é manter o foco nos objetivos de aprendizagem, garantindo que a diversão esteja sempre a serviço da educação.

Para implementar essas abordagens com sucesso, é fundamental que o professor atue como mediador, observando como os alunos interagem com as atividades e fazendo ajustes quando necessário. A reflexão após cada atividade é igualmente importante, pois é o momento em que os conceitos são consolidados e

as experiências são transformadas em aprendizagem significativa. Com prática e criatividade, essas metodologias podem revolucionar o clima da sala de aula e os resultados de aprendizagem.

4.3.1 Aprendizagem Baseada em Projetos

A aprendizagem baseada em projetos transforma a sala de aula em um laboratório de experiências reais.⁶² Os alunos mergulham em desafios concretos, aplicando conhecimento teórico para resolver problemas autênticos. Essa abordagem desenvolve não apenas conteúdos disciplinares, mas habilidades essenciais como pensamento crítico, colaboração e criatividade.

O processo começa com a identificação de uma questão relevante, que sirva de fio condutor para a investigação. Os estudantes planejam suas pesquisas, coletam dados, testam hipóteses e criam soluções - sempre com orientação do professor. O trabalho em equipe é fundamental, pois reproduz dinâmicas do mundo profissional, onde diferentes talentos se complementam.

Para o educador, o grande desafio é equilibrar orientação e autonomia. É preciso oferecer estrutura suficiente para manter o foco, sem limitar a liberdade criativa alunos e das alunas. O segredo está em fazer perguntas provocativas, ajudar a organizar ideias e incentivar a reflexão sobre os erros e acertos ao longo do processo.

O resultado é um aprendizado mais profundo e significativo. Os alunos não apenas memorizam conceitos, mas os vivenciam na prática. E o mais importante: desenvolvem a capacidade de aprender a aprender, competência fundamental em um mundo em constante transformação.

4.3.2 Jogos Pedagógicos para o Ensino Religioso

Os jogos pedagógicos surgiram da necessidade de tornar o aprendizado mais significativo e prazeroso. Desde os antigos jogos de tabuleiro até as modernas plataformas digitais, educadores visionários perceberam que brincar e aprender podem andar juntos. Essa ideia ganhou força com pensadores como Froebel,

⁶² BENDER, Willian N. **Aprendizagem baseada em projetos**: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre: Penso editora, 2015.

criador do jardim de infância no século XIX, que já defendia o uso de materiais lúdicos no processo educativo.⁶³

O verdadeiro poder dos jogos na educação vai além da simples diversão. Quando bem planejados, eles criam situações desafiadoras que exigem alunos e das alunas não apenas conhecimento, mas também criatividade, colaboração e pensamento estratégico. Um jogo de perguntas sobre história, por exemplo, pode revelar lacunas no aprendizado de forma muito mais natural que uma prova tradicional. Já os jogos de simulação permitem vivenciar situações complexas, como administrar recursos limitados ou tomar decisões em grupo - habilidades essenciais para a vida no século XXI.

Na prática, o sucesso dessa abordagem depende de alguns elementos-chave: os jogos devem ter objetivos pedagógicos claros, regras adaptáveis ao nível alunos e das alunas e, principalmente, espaço para reflexão após a brincadeira. É nesse momento de discussão que os conceitos são consolidados. Como observa o educador português José Pacheco⁶⁴, "o jogo só se torna pedagógico quando mediado por um professor atento, que sabe extrair dele as lições necessárias".

4.3.3 Fundamentos Psicológicos dos Jogos Pedagógicos

A utilização de jogos como recurso educacional encontra respaldo teórico nas contribuições de importantes pensadores da psicologia do desenvolvimento. As pesquisas de Jean Piaget (1896-1980) demonstram que a construção do conhecimento ocorre através da interação ativa do sujeito com seu meio. Segundo esta perspectiva, os jogos pedagógicos proporcionam situações concretas de experimentação que permitem à criança assimilar novas informações e acomodar suas estruturas cognitivas⁶⁵. O caráter lúdico dessas atividades estimula a curiosidade natural da criança, facilitando processos de descoberta e resolução de problemas.

Na mesma direção, porém com ênfase distinta, Lev Vygotsky (1896-1934) destacou o papel fundamental das interações sociais no processo de aprendizagem. Sua teoria sociocultural revela como os jogos, enquanto atividades mediadas

⁶³ ARAÚJO, Nukácia Meyre Silva; RIBEIRO, Fernanda Rodrigues; SANTOS, Suellen Fernandes dos. Jogos pedagógicos e responsividade: ludicidade, compreensão leitora e aprendizagem. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, v. 7, p. 4-23, 2012.

⁶⁴ PACHECO, José. **Escola da Ponte**: um outro caminho para a educação. São Paulo: Vozes, 2019.

⁶⁵ PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

culturalmente, criam zonas de desenvolvimento proximal onde crianças podem operar além de suas capacidades individuais quando em colaboração com pares ou adultos⁶⁶. O aspecto simbólico presente em muitos jogos educativos possibilita a internalização de conceitos abstratos através da representação concreta.

Estudos contemporâneos têm ampliado essas compreensões, demonstrando como os jogos pedagógicos bem estruturados podem simultaneamente ativar processos cognitivos descritos por Piaget e promover as interações sociais enfatizadas por Vygotsky⁶⁷. Essa convergência teórica reforça o valor dos jogos como ferramentas educacionais versáteis, capazes de atender a diferentes estilos de aprendizagem e estágios de desenvolvimento.

4.3.4 Teorias Educacionais e Filosofia de Ensino

John Dewey (1859-1952), em sua obra *Democracia e Educação* (1916), estabeleceu as bases para uma educação centrada na experiência concreta do aprendiz. O filósofo americano defendia que "a educação não é preparação para a vida, é a própria vida"⁶⁸, princípio que fundamenta o uso de jogos pedagógicos. Quando crianças constroem conhecimentos através de atividades lúdicas, vivenciam na prática o que Dewey chamava de "aprendizagem pela ação" - processo no qual o erro se torna parte natural da descoberta, e não motivo de punição.

Na perspectiva freireana, expressa em *Pedagogia do Oprimido*, os jogos assumem um papel político-pedagógico. Freire argumentava que "ninguém educa ninguém, os homens se educam em comunhão"⁶⁹, visão que transforma o jogo de mero recurso didático para espaço de diálogo e construção coletiva. Um jogo cooperativo sobre desigualdades sociais, por exemplo, pode gerar mais reflexão crítica que horas de aula expositiva, concretizando o conceito freireano de "conscientização".

Curiosamente, esses pensadores embora em contextos históricos distintos convergem em pontos essenciais para a educação lúdica: A valorização do conhecimento prévio dos educandos, a importância do contexto social na aprendizagem e o papel do professor como mediador.

⁶⁶ VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

⁶⁷ DEHAENE, S. **Os neurônios da leitura**: como a ciência explica nossa capacidade de ler. Porto Alegre: Penso, 2012.

⁶⁸ DEWEY, John. **Democracia e Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

⁶⁹ FREIRE, Paulo, 1987.

4.3.5 Movimento Escolar e Jogos Educacionais

Historicamente, os jogos pedagógicos foram introduzidos em escolas no século XX como parte de um movimento para tornar o ensino mais envolvente e acessível para todos os alunos.⁷⁰ O uso de jogos no ensino começou a ser mais sistematizado à medida que as escolas buscavam formas de tornar o aprendizado mais interessante e eficaz.

Desde o século XIX, educadores começaram a perceber o valor dos jogos como uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento social, cognitivo e emocional das crianças. Jogos como quebra-cabeças, jogos de tabuleiro e outros tipos de atividades interativas foram integrados ao currículo escolar.

4.3.6 Influência da Cultura e Tradições Lúdico- pedagógicas

A cultura exerce papel fundamental na constituição e no desenvolvimento dos jogos pedagógicos, uma vez que práticas lúdicas tradicionais, oriundas de diferentes contextos culturais, foram progressivamente incorporadas aos ambientes educacionais. Jogos populares e folclóricos, por exemplo, têm sido adaptados com o intuito de favorecer o ensino de competências sociais, cognitivas e culturais de forma mais acessível e significativa.⁷¹ No contexto brasileiro, observa-se a utilização recorrente de brincadeiras tradicionais no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo em práticas voltadas à educação infantil e ao ensino fundamental, como estratégia para promover a cooperação, a criatividade e o engajamento discente.

Ainda de acordo com os autores⁷², a origem dos jogos pedagógicos apresenta-se como um fenômeno multifacetado, ancorado tanto em fundamentos teóricos da psicologia e da pedagogia quanto em práticas culturais que valorizam o jogo como recurso educativo. Com o passar do tempo, esses jogos foram sendo organizados e integrados às metodologias de ensino, unindo o aspecto lúdico da brincadeira a finalidades pedagógicas previamente estabelecidas.

Essa proposta metodológica favorece a criação de um ambiente de aprendizagem mais dinâmico, interativo e centrado no estudante, promovendo seu

⁷⁰ BARROSO, João. O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. **O estudo da escola**. Porto: Porto Editora, 1996.

⁷¹ DE ALBUQUERQUE, Helder Neves; BATISTA, Abraão Romão. FOLCLORE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: estratégias pedagógicas para a preservação cultural e o desenvolvimento integral das crianças. **Open Minds International Journal**, v. 5, n. 3, p. 29-34, 2024.

⁷² DE ALBUQUERQUE; BATISTA, 2024.

desenvolvimento integral. As propostas a seguir foram formuladas como parte integrante do produto a partir do referencial utilizado. A partir de seleção realizada em plataformas digitais de busca, como o Google, adaptou-se para o Ensino Religioso.

Dinâmica de Quebra-Gelo: "Quem Sou Eu?"

Objetivo: Favorecer a integração entre os participantes e preparar o grupo para o desenvolvimento de reflexões temáticas, promovendo o engajamento inicial na aula.

Descrição da atividade: A dinâmica consiste na distribuição de etiquetas com nomes de personagens históricos, figuras religiosas ou mitológicas, de acordo com o conteúdo a ser trabalhado. Cada participante receberá uma etiqueta colada nas costas por um colega, sem que visualize o nome. A partir disso, os alunos circularão pelo espaço realizando perguntas uns aos outros com o intuito de descobrir a identidade atribuída, sendo vedado que os colegas revelem diretamente a resposta. As perguntas devem ser formuladas de modo a estimular o raciocínio dedutivo, como: "Sou uma figura ligada à religião?", "Atuei em movimentos sociais?", "Sou citado em textos sagrados?", entre outras.

Aplicação no Ensino Religioso: No âmbito do Ensino Religioso, a atividade pode ser direcionada ao reconhecimento e à valorização da diversidade cultural e religiosa, ao utilizar nomes de figuras como Buda, Iemanjá, Jesus, Maomé, entre outras. A dinâmica propicia a introdução de discussões sobre os contextos históricos, sociais e espirituais nos quais essas personalidades estão inseridas, promovendo o respeito à pluralidade religiosa e a reflexão crítica sobre os diferentes sistemas de crenças presentes na sociedade contemporânea.

Jogo de Cartas: "Fazendo Conexões"

Objetivo: Reforçar o conhecimento sobre conteúdos abordados em sala de aula de maneira lúdica e colaborativa, promovendo a consolidação de conceitos por meio da interação entre os discentes.

Descrição da Atividade: Consiste na elaboração de um baralho pedagógico contendo, em um lado das cartas, perguntas relacionadas aos temas estudados (como conceitos, eventos ou figuras significativas) e, no verso, as respectivas respostas ou explicações. Os alunos, individualmente ou em grupos, retiram uma

carta e devem responder à pergunta correspondente. Em caso de acerto, acumulam pontos ou recebem a carta como parte de sua "mão". O objetivo é responder corretamente ao maior número possível de perguntas, incentivando a aprendizagem ativa e o trabalho em equipe.

Aplicação no Ensino Religioso: Ao abordar a temática da diversidade religiosa, as perguntas podem versar sobre diferentes tradições religiosas, seus rituais, crenças, valores e figuras emblemáticas. Essa abordagem estimula a pesquisa, a empatia e o respeito pelas distintas manifestações de fé, alinhando-se aos princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que enfatiza a valorização da diversidade cultural e religiosa no processo educativo.

Fundamentação Teórica: A utilização de jogos no contexto educacional é respaldada por autores como Kishimoto (1994, p.15)⁷³, que destaca o potencial lúdico como instrumento facilitador da aprendizagem, promovendo o engajamento e a motivação alunos e das alunas. No âmbito do Ensino Religioso, a abordagem lúdica contribui para a internalização de valores éticos e o desenvolvimento do pensamento crítico.

Simulação: "A Conferência Inter-Religiosa"

Objetivo: Estimular o pensamento crítico, a empatia e o respeito mútuo entre os alunos, por meio da compreensão das diferentes tradições religiosas e suas contribuições para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Descrição da Atividade: A turma é dividida em grupos, sendo cada um responsável por representar uma tradição religiosa específica. Os grupos devem realizar pesquisas sobre os principais ensinamentos, valores, práticas e figuras representativas de sua respectiva religião. Posteriormente, participam de uma simulação de conferência inter-religiosa, na qual apresentam suas descobertas e dialogam sobre como sua tradição pode contribuir para a promoção da paz, da solidariedade e da justiça social. Ao final, é promovido um debate aberto, permitindo a troca de ideias e o aprofundamento das reflexões.

Aplicação no Ensino Religioso: Esta atividade é particularmente eficaz para trabalhar a diversidade religiosa em sala de aula, proporcionando às pessoas discentes uma compreensão mais aprofundada das diferentes crenças e práticas

⁷³ KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 1994.

religiosas. Além disso, promove a valorização do diálogo inter-religioso e o reconhecimento da importância da convivência pacífica em uma sociedade plural.

Fundamentação Teórica: Segundo Gadotti (2000, p.20)⁷⁴, a educação deve ser orientada para a formação de cidadãos conscientes e críticos, capazes de dialogar e conviver com a diversidade. No contexto do Ensino Religioso, a simulação de conferências inter-religiosas permite às pessoas discentes vivenciarem experiências de diálogo e cooperação, fundamentais para o desenvolvimento de uma cultura de paz e respeito mútuo.

Oficina de Artes: "Representando a Diversidade"

Objetivo: Usar a expressão artística para explorar temas culturais e religiosos.

Descrição da atividade: Proponha que os alunos escolham um tema relacionado ao conteúdo da aula, como uma prática religiosa ou cultural, e criem uma arte que a represente. Isso pode ser feito com desenhos, colagens, esculturas ou outras formas de expressão artística.

Após a produção, cada aluno ou grupo apresenta sua obra explicando o significado e como ela se relaciona com o conteúdo aprendido.

Adaptação para a aula: Essa atividade pode ser especialmente interessante ao trabalhar com temas que envolvem rituais, símbolos religiosos ou festas tradicionais. A arte pode ser uma forma de dar voz às pessoas discentes e permitir que eles explorem sua criatividade enquanto aprendem.

Debate: "A Ética nas Religiões"

Objetivo: Desenvolver habilidades de argumentação e respeito à diversidade de opiniões.

Descrição da atividade: Divida a turma em dois grupos, e proponha um tema polêmico dentro do contexto religioso ou ético, como "A religião deve influenciar as leis de um país?". Um grupo defenderá a posição de que a religião tem um papel importante nas leis e o outro argumentou que a laicidade é essencial.

Cada grupo prepara seus argumentos e, em seguida, realiza o debate. Ao final, abra para perguntas do público (outros alunos), permitindo que os alunos também se desafiem e aprofundem sua reflexão.

⁷⁴ GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

Adaptação para a aula: Esse tipo de dinâmica pode ser adaptado para diversos temas, como a importância da fé nas decisões políticas ou o papel das religiões na promoção da paz.

Jogo de Tabuleiro: "O Caminho da Paz"

Objetivo: Estimular o aprendizado sobre valores éticos e religiosos através de um jogo colaborativo.

Descrição da atividade: Crie um tabuleiro que simula um caminho a ser percorrido por um grupo de jogadores. Cada casa do tabuleiro pode representar uma situação ou desafio relacionado à ética, à convivência religiosa ou à resolução de conflitos.

Quando um aluno cair em uma casa, ele deve responder a uma pergunta ou realizar uma atividade sobre o tema (por exemplo, "Quais são os principais valores do Cristianismo?").

O jogo pode ser cooperativo ou competitivo, e o objetivo é alcançar o final do caminho, promovendo o aprendizado de forma divertida.

Adaptação para a aula: Este jogo pode ser adaptado para explorar temas de convivência inter-religiosa, por exemplo, como diferentes religiões abordam o conceito de perdão ou compaixão.

Debate de Causa e Efeito: "Impactos das Religiões no Mundo"

Objetivo: Promover o pensamento crítico sobre o impacto das religiões nas sociedades.

Descrição da atividade: Peça às pessoas discentes que escolham ou atribuam a eles uma religião ou movimento religioso. Eles devem pesquisar os efeitos positivos e negativos dessa religião em diferentes contextos históricos e culturais.

Organize uma discussão onde cada grupo apresenta seu ponto de vista sobre os impactos de sua religião, abordando como ela influenciou questões sociais, políticas, culturais ou ambientais.

Adaptação para a aula: Esse exercício permite que os alunos explorem não apenas a história religiosa, mas também os efeitos sociais e culturais das crenças e práticas religiosas em diversas sociedades.

Essas atividades práticas são excelentes para engajar os alunos, promovendo aprendizado ativo, colaboração e reflexão crítica. Ao trabalhar com dinâmicas e

jogos, o professor pode transformar o conteúdo em uma experiência envolvente, que favorece a aprendizagem de forma divertida e significativa.

4.3.7 Uso de tecnologia no ensino religioso: ferramentas simples e eficazes

O uso da tecnologia no Ensino Religioso tem se tornado cada vez mais relevante, principalmente com a popularização das ferramentas digitais que tornam o ensino mais dinâmico e acessível.⁷⁵ A integração da tecnologia não apenas enriquece as aulas, mas também promove a criação de um ambiente de aprendizado interativo, colaborativo e centrado no aluno. No entanto, o uso de tecnologia deve ser bem planejado para que seja acessível e eficaz.

A seguir, são apresentadas algumas ferramentas para aplicar no Ensino Religioso a partir do referencial teórico utilizado. A partir de seleção realizada em plataformas digitais de busca, como o Google, adaptou-se para o Ensino Religioso.

4.3.7.1 Recursos Audiovisuais: Vídeos e Documentários

Os vídeos são uma ferramenta poderosa no Ensino Religioso, pois permitem que os alunos visualizem e compreendam melhor os conceitos e práticas religiosas. Documentários, filmes e vídeos curtos podem ilustrar de maneira envolvente e clara temas complexos, como festivais religiosos, rituais, histórias de figuras religiosas e contextos históricos.

Destacamos alguns exemplos de ferramentas como para auxiliar os estudos e complementar a pesquisa para o professor que será o YouTube, Plataforma popular que oferece uma vasta gama de vídeos educativos sobre práticas religiosas, entrevistas com líderes religiosos e documentários históricos. O Vimeo, plataforma de vídeos onde é possível encontrar conteúdo de alta qualidade, como documentários e aulas sobre diversidade religiosa

Essas ferramentas beneficia e facilita a compreensão de tópicos que podem ser abstratos ou difíceis de visualizar, oferecendo diferentes perspectivas sobre práticas religiosas e culturais.

As ferramentas de apresentação como Google Slides, PowerPoint e Prezi permitem a criação de aulas interativas que podem incluir textos, imagens, vídeos e

⁷⁵ DE BORBA PUGENS, Natália Borba; HABOWSKI, Adilson Cristiano; CONTE, Elaine. As tecnologias digitais: uma análise das possibilidades para o ensino religioso. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v. 15, n. 1, p. 01-14, 2021.

gráficos, proporcionando uma experiência visualmente rica. Estas plataformas também facilitam a colaboração entre os alunos, pois podem ser utilizadas para criar apresentações em grupo

Google Slides: Gratuito e acessível, permite a criação de apresentações colaborativas em tempo real, ideal para projetos em grupo. PowerPoint: Uma ferramenta tradicional que continua sendo eficaz na criação de slides com animações e efeitos visuais.

Organiza a apresentação de conteúdos de forma clara e visualmente atraente. Facilita o ensino e o aprendizado de tópicos complexos, como os rituais e práticas religiosas.

Os jogos pedagógicos online são uma maneira divertida e eficaz de ensinar conceitos religiosos, ao mesmo tempo que promovem o engajamento e o aprendizado ativo. Ao utilizar jogos, os alunos podem revisar conteúdos, desafiar seu conhecimento e explorar diferentes religiões de forma interativa.

Kahoot!: Plataforma de quiz interativo onde o professor pode criar perguntas sobre temas religiosos e desafiar os alunos a responderem em tempo real. Quizlet: Permite criar flashcards e quizzes sobre temas específicos, como figuras religiosas ou conceitos religiosos.

Incentiva o aprendizado através da gamificação, tornando o processo mais envolvente. Favorece o aprendizado colaborativo e a competição saudável entre os alunos.

4.3.7.2 Ferramentas de Colaboração: Discussões e Projetos em Grupo.

As ferramentas digitais que promovem a colaboração entre os alunos são essenciais para o ensino ativo e participativo. Elas permitem que os alunos trabalhem juntos em projetos, pesquisas e discussões, estimulando a troca de ideias e a construção coletiva do conhecimento.

Google Docs: Plataforma onde os alunos podem trabalhar em documentos colaborativos, como projetos sobre uma determinada religião ou tema cultural. Padlet: Ferramenta interativa que permite criar murais digitais onde os alunos podem postar textos, links, vídeos e imagens relacionados a tópicos discutidos em sala de aula. Estimula o trabalho em equipe e a colaboração e facilita a troca de ideias e o aprendizado social, aspectos essenciais para debates sobre diversidade religiosa.

4.3.7.3 Ferramentas de Ensino Personalizado: Plataformas de Aprendizagem

As plataformas de aprendizagem online oferecem uma maneira eficaz de personalizar o ensino de acordo com o ritmo e o estilo de aprendizagem alunos e das alunas. Elas podem ser usadas para oferecer material complementar, quizzes de avaliação, discussões em fóruns e vídeos.

Edmodo: Plataforma que cria uma rede social de aprendizagem, permitindo aos professores e professoras compartilharem conteúdos, tarefas e promoverem discussões sobre temas religiosos. Moodle: Plataforma de código aberto usada para criar cursos online, permitindo a integração de diferentes tipos de conteúdo e avaliações. Esse Permite que o aluno aprenda no seu próprio ritmo e de forma personalizada.e oferece recursos variados para reforçar o aprendizado e a prática.

4.3.7.4 Ferramentas de Criação de Conteúdo: Blogs e Sites

A criação de blogs ou sites sobre temas religiosos pode ser uma maneira interessante de envolver os alunos e estimular a pesquisa independente. Os alunos podem criar conteúdo, como artigos, vídeos ou podcasts, sobre aspectos específicos do Ensino Religioso, como diferentes tradições religiosas, filosofias de vida ou personagens históricos.

WordPress: Plataforma para criação de blogs onde os alunos podem escrever e publicar conteúdos sobre as religiões estudadas. Wix: Ferramenta que permite criar sites interativos e personalizados, ideal para projetos de pesquisa religiosa incentiva a pesquisa e a produção de conteúdo pelos alunos e estimula o desenvolvimento de habilidades digitais e de comunicação.

4.3.7.5 Realidade Aumentada (AR) e Realidade Virtual (VR)

A realidade aumentada e a realidade virtual são tecnologias mais avançadas, mas que têm ganhado espaço no ensino religioso, permitindo uma imersão profunda em lugares sagrados, rituais religiosos ou eventos históricos

Google Expeditions: Permite realizar passeios virtuais a locais religiosos importantes, como o Muro das Lamentações ou a Meca. Nearpod: Plataforma que pode integrar recursos de realidade aumentada para tornar a aula mais imersiva e visual.

Proporciona uma experiência mais imersiva, fazendo com que os alunos se sintam como se estivessem vivendo a religião estudada e aumenta o interesse e a compreensão alunos e das alunas sobre temas religiosos complexos.

A tecnologia no Ensino Religioso oferece ferramentas simples e eficazes que podem transformar a maneira como os professores e professoras ensinam e os alunos aprendem.

As ferramentas digitais não substituem a experiência humana do ensino, mas funcionam como um poderoso complemento para engajar os alunos, facilitar o acesso ao conhecimento e promover uma compreensão mais profunda da diversidade religiosa e cultural. Ao integrar essas tecnologias de forma planejada e estratégica, é possível criar aulas mais interativas, envolventes e significativas.

4.4 MÓDULO 3: TRABALHANDO VALORES E COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS (1H)

A relevância de trabalhar valores e competências socioemocionais na formação integral do ser humano tem ganhado destaque no âmbito educacional e social. Como afirma Goleman⁷⁶, “a inteligência emocional pode ser tão importante quanto o coeficiente intelectual para o sucesso”, reforçando a importância de tais habilidades. Em um mundo marcado pela dinâmica constante de transformações tecnológicas, culturais e econômicas, as habilidades socioemocionais emergem como pilares essenciais para a convivência harmônica e o desenvolvimento pleno.

A crescente relevância das competências socioemocionais e da educação em valores na formação integral do indivíduo é amplamente reconhecida nos âmbitos educacional e social. As habilidades socioemocionais, abrangendo atributos como empatia, resiliência, autoconhecimento, colaboração e gestão emocional, transcendem a esfera das relações interpessoais, impactando significativamente a consecução de objetivos pessoais e profissionais. Concomitantemente, a internalização de valores éticos, a exemplo de respeito, responsabilidade, solidariedade e honestidade, estabelece o fundamento moral indispensável para a coexistência cívica e a edificação de uma sociedade equitativa.

O desenvolvimento dessas dimensões desde a infância revela-se crucial, com a instituição escolar emergindo como espaço privilegiado para a promoção do

⁷⁶ GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional**: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

desenvolvimento humano holístico. Educadores exercem um papel fundamental ao integrar práticas pedagógicas que fomentam o diálogo reflexivo e a vivência de experiências catalisadoras do respeito à diversidade e da construção coletiva de soluções para os desafios cotidianos.

Estratégias pedagógicas, como atividades grupais que demandam colaboração e resolução de conflitos, proporcionam aos discentes a oportunidade de desenvolver tais competências de negociação e de manejo da frustração. Projetos com engajamento comunitário, por sua vez, instrumentalizam os jovens na percepção do impacto de suas ações no coletivo e na conscientização acerca da relevância da responsabilidade social. Adicionalmente, é imperativo que as instituições de ensino cultivem um ambiente acolhedor, onde os estudantes se sintam seguros para expressar suas emoções e explorar novas modalidades de interação social.

Contudo, o fomento de valores e destas competências não se restringe ao ambiente escolar. A esfera familiar desempenha um papel igualmente central nesse processo. A prática do diálogo sobre afetos, princípios éticos e vivências cotidianas no seio familiar estabelece um suporte emocional basal que complementa a atuação da escola.

Em derradeira análise, em um contexto global caracterizado pela prevalência da intolerância, da desigualdade e do individualismo, a promoção de valores e atributos socioemocionais configura-se como um vetor para a construção de uma sociedade mais humana, solidária e consciente. Essa abordagem não apenas beneficia o desenvolvimento individual, mas também fortalece a coesão comunitária e a capacidade coletiva de enfrentar os desafios contemporâneos de maneira inovadora e colaborativa.

4.4.1 Importância ética e empatia no Ensino Religioso

A reflexão ética e o desenvolvimento da empatia constituem elementos essenciais no Ensino Religioso, contribuindo para a formação integral do indivíduo. De acordo com Costa (2002, p. 45)⁷⁷, "a educação deve ser compreendida como um processo de humanização, no qual o diálogo e a reflexão crítica sobre valores possibilitam ao sujeito agir com consciência ética e solidária".

⁷⁷ COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Educação para a solidariedade**: ética e cidadania. São Paulo: Salesiana, 2002.

Enquanto componente curricular, o Ensino Religioso não se restringe ao estudo das tradições religiosas, mas também promove a análise dos princípios que fundamentam a convivência humana. Como destaca a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018, p. 496)⁷⁸, essa disciplina deve 'estimular o respeito à diversidade cultural e religiosa, incentivando o diálogo e a construção de valores comuns'. Nessa perspectiva, alinha-se à abordagem freireana, para quem a educação deve ser libertadora e crítica (FREIRE, 1996)⁷⁹.

Dessa forma, o Ensino Religioso, articulado com uma perspectiva ética e dialógica, possibilita aos estudantes refletirem sobre seu papel no mundo, fortalecendo o compromisso com uma sociedade mais justa.

A ética, entendida como a reflexão sobre o comportamento humano em relação ao bem comum, permite que os alunos desenvolvam uma consciência crítica acerca de suas próprias escolhas e responsabilidades. Nesse sentido, “a prática educativa exige respeito à autonomia do ser do educando”, reafirmando a importância de uma abordagem que valorize o senso crítico e a responsabilidade individual. Nesse sentido, o Ensino Religioso promove o diálogo inter-religioso e a compreensão da pluralidade, elementos que favorecem a convivência harmoniosa em uma sociedade multicultural e diversa.

Por sua vez, a empatia é uma competência socioemocional que possibilita aos indivíduos colocarem-se no lugar do outro, compreendendo suas experiências, sentimentos e perspectivas. Como enfatiza Goleman, a empatia é um dos pilares da inteligência emocional é fundamental para construção de relações saudáveis. No Ensino Religioso, a prática da empatia está intrinsecamente ligada às narrativas, aos exemplos e aos ensinamentos das diferentes tradições religiosas, que muitas vezes destacam a importância do amor, da solidariedade e da compaixão como valores universais.

Ao incentivar a reflexão ética e o desenvolvimento da empatia, o Ensino Religioso desempenha um papel crucial na formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com a criação de um mundo mais justo e inclusivo. Essa abordagem ajuda a cultivar a habilidade alunos e das alunas de enfrentar os

⁷⁸ BRASIL, 2018.

⁷⁹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

desafios éticos do século XXI, incluindo a valorização da diversidade, a luta contra a intolerância religiosa e a promoção da paz.

4.4.2 Estratégias para integrar conteúdos religiosos e o desenvolvimento socioemocional

O Ensino Religioso desempenha um papel importante na formação de pessoas conscientes, sensíveis e capazes de conviver harmoniosamente em uma sociedade marcada pela diversidade cultural e religiosa. Nesse contexto, a reflexão ética e a empatia são dimensões centrais que orientam não apenas a compreensão das diferentes tradições religiosas, mas também a formação integral dos estudantes.

A ética, enquanto reflexão crítica sobre os princípios que orientam as ações humanas em prol do bem comum permite aos estudantes avaliarem o impacto de suas escolhas na sociedade. Como destaca Costa⁸⁰, "a educação deve ser um processo contínuo de humanização, no qual o diálogo e a reflexão sobre valores capacitam o indivíduo a agir com responsabilidade e solidariedade". Essa perspectiva alinha-se à visão freireana de uma educação libertadora, que forma cidadãos conscientes de seu papel na transformação social.

Já a empatia, como competência socioemocional, é fundamental para o reconhecimento das subjetividades alheias e a construção de vínculos baseados no respeito. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais⁸¹, ela se manifesta por meio de princípios como "respeito mútuo, justiça e diálogo", essenciais para uma convivência harmoniosa em contextos pluralistas. No Ensino Religioso, essa habilidade pode ser cultivada através de atividades que problematizem a diversidade cultural e religiosa, incentivando os alunos a reconhecerem no outro um sujeito de direitos e dignidade.

A integração entre ética e empatia no currículo escolar – especialmente no Ensino Religioso – fortalece a formação integral ao combinar reflexão crítica e sensibilidade relacional. Como afirma Vásquez (1998)⁸², a ética não se limita a normas, mas exige "a coerência entre princípios e ações", enquanto a empatia concretiza esses valores na prática cotidiana.

⁸⁰ COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Educação para a solidariedade**: ética e cidadania. São Paulo: Salesiana, 2002.

⁸¹ BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (PCNs). Brasília: MEC, 1998.

⁸² VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

A conexão entre ética e empatia no Ensino Religioso permite que os alunos desenvolvam uma visão mais humanizada do mundo, preparando-os para lidar com os desafios éticos atuais, como a promoção da paz e a luta contra a intolerância. Assim, o Ensino Religioso vai além da mera transmissão de conteúdo, desempenhando um papel crucial na formação de cidadãos que sejam conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Atividade Prática: Simulação de uma dinâmica em grupo para trabalhar tolerância e respeito com os alunos.

A simulação de uma dinâmica de grupo para trabalhar valores como a tolerância e o respeito com os alunos pode ser uma ferramenta eficaz para promover a convivência harmoniosa e o entendimento mútuo em sala de aula. Esses valores são fundamentais não apenas para a formação ética dos estudantes, mas também para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais essenciais para a vida em sociedade.

Uma proposta de dinâmica eficaz para trabalhar esses conceitos é a “Cadeira da Diversidade”. Essa atividade visa promover a reflexão sobre as diferenças e semelhanças entre os participantes, incentivando o respeito à diversidade de ideias, culturas, crenças e formas de viver.

4.4.3 Estrutura da Dinâmica: Cadeira da Diversidade

Estimular a empatia, a tolerância e o respeito mútuo entre os alunos, permitindo-lhes refletir sobre suas próprias atitudes e o impacto delas nas relações interpessoais. Proposta de intervenção:⁸³

Duração: Aproximadamente 40 minutos.

Material necessário: Cadeiras dispostas em círculo (uma a menos que o número de participantes). Cartões com perguntas reflexivas sobre diversidade, respeito e tolerância. Preparação: Organize as cadeiras em círculo, deixando uma cadeira a menos do que o número de participantes. Cada aluno deve ter um espaço pessoal onde possa se expressar livremente. Explique às pessoas discentes que a dinâmica tem como objetivo refletir sobre as diferenças e semelhanças que existem

⁸³ Reitera-se que as propostas elaboradas são com base nos conceitos elaborados e buscados nos referenciais teóricos. Também, algumas propostas já são existentes, portanto, não originais, mas sempre adaptadas com o contexto do ER.

entre as pessoas, e como a tolerância e o respeito são fundamentais para a convivência em grupo.

Início da Dinâmica: O facilitador inicia a dinâmica, perguntando a todos os alunos para que falem brevemente sobre uma experiência pessoal em que tenham praticado a tolerância ou o respeito a alguém com uma opinião ou cultura diferente.

O facilitador pode, ainda, introduzir questões mais gerais sobre tolerância e respeito, como “O que significa para você respeitar alguém com uma religião diferente da sua?” ou “Como podemos lidar com opiniões contrárias de maneira respeitosa?”

Depois de um breve aquecimento com as perguntas iniciais, a dinâmica segue com os alunos tentando ocupar a cadeira vazia que está sempre se movendo. A cada rodada, um aluno deverá levantar-se e fazer uma pergunta do cartão para que todos respondam antes de procurar uma nova cadeira. Quando todos se levantarem e começarem a se mover, o facilitador pode interromper o jogo para promover uma discussão coletiva sobre as respostas dadas.

Após a atividade, reserve alguns minutos para uma discussão reflexiva. Pergunte às pessoas discentes como se sentiram durante a dinâmica, se houve algum momento em que perceberam suas próprias atitudes e como a prática da tolerância pode ser aplicada em situações cotidianas. Encoraje-os a pensar em estratégias para lidar com situações de conflito com respeito e empatia.

Essa dinâmica possibilita às pessoas discentes a oportunidade de se colocar no lugar do outro e refletir sobre como suas atitudes podem afetar as relações interpessoais. O uso de perguntas reflexivas durante o exercício ajuda a promover uma conscientização sobre as questões de diversidade e a importância do respeito mútuo. Além disso, ao vivenciar uma experiência interativa, os alunos tendem a internalizar os conceitos discutidos de maneira mais profunda e prática. Dessa forma, atividades como essa são essenciais para fortalecer as competências socioemocionais e contribuir para um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso.

4.5 MÓDULO 4: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INOVADORA (1H)

Nesse módulo o planejamento e a avaliação inovadora são elementos essenciais para a transformação do processo educacional, especialmente diante das mudanças constantes no cenário educacional contemporâneo. Ambos os aspectos devem ser repensados de forma a atender às necessidades e desafios impostos

pela diversidade de contextos em que a educação ocorre, bem como às exigências do desenvolvimento de habilidades socioemocionais e cognitivas alunos e das alunas.

No contexto de um planejamento inovador, é necessário ir além das metodologias tradicionais, buscando abordagens que coloquem o aluno no centro do processo de aprendizagem. Isso envolve a utilização de metodologias ativas⁸⁴, que permitem ao estudante assumir um papel mais ativo e protagonista em seu próprio aprendizado. Estratégias como a aprendizagem baseada em projetos, o ensino híbrido, o uso de tecnologias educacionais e a promoção de um ambiente de colaboração entre os alunos são exemplos de práticas que podem ser incorporadas ao planejamento para torná-lo mais dinâmico, engajador e eficaz.

Um planejamento inovador deve, ainda, ser flexível, permitindo ajustes conforme a evolução das necessidades da turma e o andamento do processo de aprendizagem. Além disso, é importante sempre repensar o processo de avaliação para consolidar práticas pedagógicas a fim de fomentar a aprendizagem.⁸⁵ É crucial que os educadores estejam preparados para identificar as diferentes formas de aprendizagem de seus alunos, adaptando as atividades de acordo com as especificidades de cada grupo. Dessa forma, o planejamento deve ser continuamente revisado e ajustado, não apenas como um documento inicial, mas como uma ferramenta dinâmica de reflexão e adaptação.

A avaliação inovadora, por sua vez, está intrinsecamente ligada a esse novo paradigma de ensino. Em vez de se restringir a métodos tradicionais, como provas e exames, a avaliação inovadora busca avaliar o processo de aprendizagem de maneira contínua e diversificada, utilizando diferentes formas de registros e instrumentos que permitam uma visão mais ampla e precisa do desenvolvimento do aluno e da aluna. A avaliação formativa, que considera o acompanhamento constante do progresso do estudante, é um exemplo de abordagem que se alinha a um modelo de avaliação mais inclusivo e holístico. Isso implica não apenas a

⁸⁴ “[...] as metodologias ativas são pontos de partida para avançar para processos mais avançados de reflexão, de integração cognitiva, de generalização, de reelaboração de novas práticas”. E complementa que “a melhor forma de aprender é combinando equilibradamente atividades, desafios e informação contextualizada”. LOVATO, Fabricio Luís; MICHELOTTI, Angela; DA SILVA LORETO, Elgion Lucio. Metodologias ativas de aprendizagem: uma breve revisão. **Acta Scientiae**, v. 20, n. 2, 2018. p. 167.

⁸⁵ SILVA, Gerlene Fernandes da. **Avaliação no processo ensino aprendizagem**. 2006. Universidade Federal do Ceará, Centro de Treinamento e Desenvolvimento, Especialização Planejamento do Ensino e Avaliação da Aprendizagem, Fortaleza (CE), 2006.

avaliação de conteúdos acadêmicos, mas também o desenvolvimento de habilidades críticas, criativas e sociais.

Outra estratégia importante dentro da avaliação inovadora é a autoavaliação e a avaliação por pares, que incentivam os alunos a refletirem sobre seu próprio processo de aprendizagem, além de promoverem o diálogo e a colaboração entre os colegas. Essa abordagem fomenta a autonomia dos estudantes, ao mesmo tempo em que valoriza a construção coletiva do conhecimento.

Portanto, tanto o planejamento quanto a avaliação inovadora devem estar alinhados à proposta de uma educação mais personalizada e significativa.⁸⁶ Eles devem possibilitar a construção de um ambiente de aprendizagem que não apenas transmita conteúdos, mas também desenvolva competências essenciais para a formação integral alunos e das alunas, preparando-os para os desafios do século XXI. A inovação nessas áreas, portanto, não deve ser vista como uma tendência passageira, mas como uma necessidade para a construção de uma educação mais equitativa, criativa e adaptada às demandas do mundo contemporâneo.

4.5.1 Competências do Ensino Religioso nas séries iniciais: planejamento e avaliação inovadora

No Ensino Religioso nas séries iniciais, o planejamento e a avaliação devem ser cuidadosamente estruturados para promover o desenvolvimento integral alunos e das alunas, alinhando as competências cognitivas, socioemocionais e éticas.⁸⁷ A seguir, destacamos as competências essenciais que devem ser trabalhadas por meio de abordagens inovadoras no processo de ensino-aprendizagem.

- Competências cognitivas a compreensão e integração dos conteúdos religiosos em que o aluno deve ser capaz de compreender os conceitos básicos das diferentes religiões, reconhecendo suas crenças, práticas e valores centrais, essa competência implica não apenas no conhecimento teórico das religiões, mas também na capacidade de relacionar esses conhecimentos ao seu cotidiano e à compreensão do mundo.⁸⁸

⁸⁶ SILVA, 2006.

⁸⁷ SANTOS, Taciana Brasil dos. O ensino religioso na base nacional comum curricular: algumas considerações. **Educação em revista**, v. 37, p. e20016, 2021.

⁸⁸ ZORTÉA, Valéria Gon; PERINI, Érica Rezende; BERGMANN, Helenice Maria Barcellos. O desenvolvimento das competências socioemocionais na elaboração do documento curricular de ensino religioso do Espírito Santo. **Protestantismo em Revista**, v. 46, n. 01, p. 183-193, 2020.

- Desenvolver o pensamento crítico é essencial para que os alunos analisem e questionem as questões éticas e religiosas, considerando diferentes perspectivas e formulando suas próprias opiniões.⁸⁹ O trabalho com temas contemporâneos, como a convivência religiosa, ajuda os estudantes a refletirem sobre sua própria identidade e as implicações de suas crenças.
- Resolução de dilemas éticos e morais que envolve a habilidade de tomar decisões éticas, baseadas em valores de respeito e justiça, é fundamental.⁹⁰ O Ensino Religioso deve fomentar discussões sobre dilemas morais, proporcionando às pessoas discentes oportunidades de resolver conflitos e tomar decisões que respeitem a diversidade e promovam o bem-estar coletivo.
- Aprofundar as competências socioemocionais em que a empatia e respeito à diversidade são elementos destaques.⁹¹ A empatia é uma competência central no Ensino Religioso, permitindo que os alunos compreendam e respeitem as diferenças culturais, religiosas e pessoais. Atividades como debates e dramatizações ajudam os alunos a se colocar no lugar do outro, promovendo a aceitação e a convivência pacífica.
- O estudo das competências digitais e de comunicação para o uso crítico e criativo das tecnologias no contexto atual⁹² é fundamental que os alunos saibam utilizar as tecnologias digitais para pesquisar, produzir e compartilhar informações. O Ensino Religioso pode integrar ferramentas digitais que favoreçam a pesquisa sobre religiões, a produção de apresentações multimodais ou a criação de projetos colaborativos, estimulando o uso responsável e ético dessas ferramentas.
- Expressão criativa e comunicação: a capacidade de comunicar ideias de forma clara e criativa é essencial, tanto em apresentações orais quanto em produções visuais e, conforme José Manuel Moran, digitais.⁹³ O uso de diferentes formas de expressão, como vídeos, apresentações ou projetos, permite às pessoas discentes explorar a criatividade e aprimorar suas habilidades comunicativas.

⁸⁹ PERIM, Fabiana de Carvalho Ribeiro et al. Despertando mentes: a necessidade de pensamento crítico nas escolas. **Revista Foco**, v. 16, n. 10, p. e3342-e3342, 2023.

⁹⁰ SALLES, Walter; GENTILINI, Maria Augusta. Desafios do ensino religioso em um mundo secular. **Cadernos de pesquisa**, v. 48, n. 169, p. 856-875, 2018.

⁹¹ ZORTÉA, Valéria Gon. **As competências socioemocionais e o ensino religioso**: Aplicabilidade no contexto escolar com o aporte das tecnologias digitais educacionais. 2021. Dissertação de Mestrado. Faculdade Unida de Vitória, 2021.

⁹² DE SOUZA, Elisandra Aparecida et al. Identificação da competência digital na Base Comum Curricular (BNCC) da educação básica. **Anais do Seminário Científico do UNIFACIG**, n. 6, 2020.

⁹³ MORAN, José Manuel. Como utilizar a Internet na educação. **Ciência da informação**, v. 26, p. 146-153, 1997.

- Analisando a competências éticas e de cidadania para promoção de valores éticos e cidadãos⁹⁴: o Ensino Religioso deve trabalhar com valores como a solidariedade, a justiça e o respeito à dignidade humana. As atividades pedagógicas devem incentivar os alunos a refletirem sobre sua responsabilidade como cidadãos em uma sociedade plural, fomentando atitudes éticas em suas interações diárias.
- Conscientização sobre diversidade e direitos humanos⁹⁵: a formação cidadã deve incluir o respeito à diversidade religiosa, cultural e étnica. O ensino de temas como os direitos humanos, a convivência pacífica e a aceitação das diferenças contribuem para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa. Através de discussões e atividades práticas, os alunos desenvolvem um senso de justiça e igualdade.

Diante do exposto, verifica-se que o planejamento e a avaliação inovadora no Ensino Religioso nas séries iniciais devem estar focados no desenvolvimento das competências cognitivas, socioemocionais, éticas e digitais alunos e das alunas. Ao adotar metodologias ativas e avaliativas diversificadas, o educador consegue criar um ambiente de aprendizagem dinâmico e significativo, que promove a formação integral dos estudantes. O objetivo é prepará-los para viver em uma sociedade plural, respeitosa e ética, onde as diferenças são não apenas toleradas, mas valorizadas.

4.5.2 Estratégias de avaliação que estimulam reflexão e criatividade no Ensino Religioso

A partir do exposto no item anterior, compreende-se que, para o Ensino Religioso, as estratégias de avaliação não devem se limitar a verificar a memorização de conteúdo, mas devem também promover a reflexão crítica, a criatividade e o desenvolvimento de habilidades importantes para a formação integral alunos e das alunas. Ao adotar métodos inovadores de avaliação, os educadores podem proporcionar às pessoas discentes uma experiência mais envolvente e significativa, incentivando-os a pensar de forma profunda e criativa sobre os temas estudados.

⁹⁴ DA SILVA, Anderson Roberto Lima; KLEMZ, Charles; SALDANHA, Marcelo Ramos. Perspectivas éticas em interface com a BNCC para o ensino religioso. **Protestantismo em Revista**, v. 50, n. 1, 2024.

⁹⁵ KLEMZ, Charles. **O rosto de Cristo na diversidade humana das redes sociais digitais**. 2023. 177 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação, Faculdades EST, São Leopoldo, 2023.

Enquanto estratégia de avaliação, a avaliação por meio de projetos envolve os alunos em um processo ativo e prático de aprendizagem, permitindo-lhes explorar temas religiosos e culturais de maneira criativa. Ao desenvolver projetos⁹⁶, os estudantes têm a oportunidade de aplicar o conhecimento adquirido de forma mais personalizada, além de trabalhar habilidades de pesquisa e colaboração.

Os alunos podem ser desafiados a criar um projeto que investigue uma religião específica, seus valores centrais e sua importância para a sociedade. Esse projeto pode incluir uma apresentação multimodal, como uma exposição ou vídeo, onde os alunos mostram sua compreensão do tema de forma criativa e reflexiva.

A autoavaliação é uma prática poderosa que permite às pessoas discentes refletirem sobre seu próprio aprendizado e progresso. Ao pensar sobre o que aprenderam e como se sentiram durante o processo, os alunos se tornam mais conscientes de suas fortalezas e áreas de melhoria.

Um exemplo prático: Após uma atividade ou unidade sobre valores religiosos, os alunos podem ser convidados a escrever uma reflexão pessoal, destacando os aspectos mais significativos para eles e como essas lições podem ser aplicadas em suas vidas cotidianas. Isso permite que os alunos se envolvam ativamente no processo de aprendizagem, promovendo uma avaliação mais autêntica e pessoal.

O portfólio⁹⁷ é uma ferramenta eficaz para avaliar o progresso alunos e das alunas ao longo do tempo, pois permite que eles documentem seus aprendizados e reflexões de forma contínua. Ao coletar diferentes tipos de produções e evidências de seu aprendizado, como textos, desenhos, vídeos e atividades, os alunos têm a chance de acompanhar seu desenvolvimento de forma holística.

Os alunos podem criar um portfólio que contenha suas produções sobre temas religiosos abordados ao longo do semestre, como resumos de estudos, reflexões pessoais, ou até mesmo desenhos e vídeos que expressem suas ideias e sentimentos em relação ao conteúdo. Esse portfólio pode ser revisado periodicamente para avaliar a evolução do pensamento e da criatividade alunos e das alunas.

⁹⁶ PEIXOTO, Anderson Gomes. O uso de metodologias ativas como ferramenta de potencialização da aprendizagem de diagramas de caso de uso. **Outras Palavras**, v. 12, n. 2, 2016.

⁹⁷ BOAS, Villas; DE FREITAS, Benigna Maria. O portfólio no curso de pedagogia: ampliando o diálogo entre professor e aluno. **Educação & Sociedade**, v. 26, p. 291-306, 2005.

O debate é uma estratégia para avaliar a capacidade alunos e das alunas de articular suas ideias e refletir criticamente sobre diferentes pontos de vista. Além disso, essa prática fortalece a habilidade de argumentação, escuta ativa e respeito pelas opiniões alheias, características essenciais para a convivência em uma sociedade plural.

Em um debate sobre um tema como "a importância do respeito às religiões na convivência social", por exemplo, os alunos podem ser divididos em grupos para defender diferentes pontos de vista. O objetivo não é apenas defender uma opinião, mas também compreender e respeitar as perspectivas dos outros, promovendo a reflexão e o desenvolvimento do pensamento crítico.

A dramatização oferece uma forma envolvente de os alunos expressarem e refletirem sobre os conceitos religiosos de maneira criativa. Ao representar situações ou histórias religiosas, os alunos podem vivenciar as lições de uma forma mais imersiva, compreendendo os dilemas e valores presentes nessas narrativas.

Os alunos podem ser convidados a criar e apresentar uma dramatização de uma história bíblica, de um conto sagrado ou de uma situação ética que envolve dilemas religiosos. Durante a atividade, eles devem refletir sobre as motivações dos personagens e as lições morais subjacentes, promovendo um aprendizado mais profundo.

A criação de produções artísticas, como desenhos, colagens, vídeos ou até músicas, permite que os alunos expressem de maneira única sua compreensão sobre os temas trabalhados no Ensino Religioso. Essa abordagem não só estimula a criatividade, mas também oferece uma forma alternativa de avaliação que considera diferentes formas de expressão.

Após o estudo sobre a diversidade religiosa, os alunos podem ser incentivados a criar uma obra de arte ou um vídeo que represente a importância do respeito e da convivência pacífica entre diferentes crenças. Essa atividade não só avalia o conhecimento, mas também incentiva a reflexão sobre os valores trabalhados.

Enfim, estratégias de avaliação que estimulam a reflexão e a criatividade no Ensino Religioso são fundamentais para que os alunos se envolvam de forma

profunda e pessoal com os conteúdos.⁹⁸ Essas práticas não apenas avaliam o aprendizado de maneira dinâmica, mas também promovem o desenvolvimento de habilidades essenciais, como o pensamento crítico, a criatividade, a empatia e o respeito à diversidade. Ao integrar essas abordagens ao processo educacional, os educadores criam um ambiente de aprendizagem mais significativo e transformador para os alunos, preparando-os para viver de maneira ética e respeitosa em uma sociedade plural.

⁹⁸ SOUZA, Jacqueline Crepaldi. Avaliação no Ensino Religioso: prática pedagógica do Ensino Básico na pandemia e para além dela. **Olhares & Trilhas**, Uberlândia, MG, v. 23, n. 2, p. 426-446, 2021.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo principal investigar como as práticas pedagógicas no Ensino Religioso nas séries iniciais do Ensino Fundamental I influenciam a construção de valores éticos, a compreensão da diversidade religiosa e a promoção do respeito mútuo entre os alunos. Os resultados obtidos ao longo da investigação permitiram confirmar esse objetivo, demonstrando que práticas pedagógicas inclusivas e bem estruturadas contribuem diretamente para o fortalecimento de uma educação mais plural, ética e sensível à diversidade religiosa.

O primeiro capítulo ofereceu uma análise do Ensino Religioso nas séries iniciais, destacando como as práticas pedagógicas adotadas nas escolas públicas podem promover ou comprometer valores como o respeito, a empatia e a convivência pacífica entre diferentes crenças. Também foram discutidos os desafios da implementação de um ensino que respeite a laicidade do Estado, ao mesmo tempo em que valorize o diálogo inter-religioso.

O segundo capítulo explorou a formação docente, revelando lacunas históricas e estruturais que ainda limitam a atuação eficaz dos professores e professoras no Ensino Religioso. Ficou evidente a necessidade de uma formação crítica e sensível às questões da diversidade, o que reforça a importância de políticas públicas voltadas à capacitação dos educadores para atuarem nesse campo com ética e responsabilidade.

No terceiro capítulo, foram apresentadas estratégias pedagógicas inovadoras que demonstram como metodologias ativas, recursos lúdicos e tecnológicos, e o trabalho com competências socioemocionais podem transformar o Ensino Religioso em uma experiência significativa para os alunos. Essas abordagens reforçam o papel do professor como mediador do conhecimento e do diálogo entre diferentes culturas e crenças. O capítulo consolidou a proposta da pesquisa por meio da apresentação de um produto educacional: um curso de capacitação para docentes, estruturado em módulos com conteúdo teóricos e práticos. O curso visa oferecer aos professores e professoras ferramentas metodológicas eficazes e contextualizadas, promovendo um ensino religioso alinhado aos princípios da laicidade, da inclusão e do respeito à diversidade.

A análise dos dados coletados por meio de observações e questionários revelou que práticas pedagógicas bem fundamentadas favorecem não apenas a

aprendizagem de conteúdo, mas também o desenvolvimento de competências socioemocionais, como empatia, solidariedade e respeito mútuo. Ficou evidente que a falta de formação específica e de materiais adequados pode contribuir para a reprodução de estereótipos e dificultar a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Dessa forma, considera-se que o curso de capacitação proposto representa uma contribuição concreta para a prática docente no Ensino Religioso, podendo ser incorporado por redes públicas como parte de suas políticas de formação continuada. Espera-se, ainda, que essa iniciativa inspire ações educativas que promovam o reconhecimento da diversidade e o fortalecimento da convivência democrática no ambiente escolar.

Sugere-se que estudos futuros aprofundem a análise sobre o impacto dessas formações em diferentes contextos, bem como invistam na produção de materiais didáticos interativos, alinhados à realidade das séries iniciais. Reafirma-se, assim, o compromisso com uma educação ética, acolhedora e promotora de uma cultura de paz, consolidando o Ensino Religioso como um espaço legítimo de reflexão, diálogo e construção da cidadania.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. **Religião e Repressão**. São Paulo: Edições Loyola, 1968. p. 75.
- ARAÚJO, Nukácia Meyre Silva; RIBEIRO, Fernanda Rodrigues; SANTOS, Suellen Fernandes dos. Jogos pedagógicos e responsividade: ludicidade, compreensão leitora e aprendizagem. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, v. 7, p. 4-23, 2012.
- BARROSO, João. O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. **O estudo da escola**. Porto: Porto Editora, 1996.
- BENDER, Willian N. **Aprendizagem baseada em projetos**: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre: Penso editora, 2015.
- BEZERRA, Renata Maria Otoch. O ensino religioso nas escolas regulares do município de Caucaia/CE. 2024. 113 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação, Faculdades EST, São Leopoldo, 2024.
- BIRMAN, Patrícia. **Religiões e Diálogo Social**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.
- BOAS, Villas; DE FREITAS, Benigna Maria. O portfólio no curso de pedagogia: ampliando o diálogo entre professor e aluno. **Educação & Sociedade**, v. 26, p. 291-306, 2005.
- BOFF, Leonardo. **Fé e Justiça**: O caminho do diálogo inter-religioso. Petrópolis: Vozes, 2019.
- BOLOGNA, José Ernesto. **Mediação de Conflitos na Escola**. São Paulo: Edições Loyola, 2018.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 set. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 set. 2024.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 8/2012**.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2**, de 7 de abril de 1998. Institui diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 abr. 1998.
- BRASIL. **Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER)**. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso (PCNER). Brasília, DF: FONAPER, 1997.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - LDB n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.htm. Acesso em: 01 ago. 2023.
- BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 11429, 27 dez. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1.

BRASIL. **Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o ensino religioso. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 jul. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9475.htm. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 11/2010**, de 7 de julho de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 de julho de 2010, Seção 1.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Formação de Professores e professoras** (PARFOR). Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (PCNs). Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 4/2010. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 7/2010. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de dezembro de 2010, Seção 1.

BRASIL. **Resolução nº 2**, de 7 de abril de 1998. Institui diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 abr. 1998.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4439. Questiona a constitucionalidade do ensino religioso confessional em escolas públicas. Relator: Ministro Luís Roberto Barroso. Redator do acórdão: Ministro Alexandre de Moraes. Brasília, DF: STF, 27 set. 2017. Disponível em: <https://www.stf.jus.br>. Acesso em: 20 set. 2024.

CANDAU, V. M. F. **Diferenças culturais e educação**. Petrópolis: Vozes, 2021.

CANDAU, V. M. F. **Educação intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Educação para a solidariedade**: ética e cidadania. São Paulo: Salesiana, 2002.

DA SILVA, Anderson Roberto Lima; KLEMM, Charles; SALDANHA, Marcelo Ramos. Perspectivas éticas em interface com a BNCC para o ensino religioso. **Protestantismo em Revista**, v. 50, n. 1, 2024.

DE ALBUQUERQUE, Helder Neves; BATISTA, Abraão Romão. FOLCLORE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: estratégias pedagógicas para a preservação cultural e o desenvolvimento integral das crianças. **Open Minds International Journal**, v. 5, n. 3, p. 29-34, 2024.

DE BORBA PUGENS, Natália Borba; HABOWSKI, Adilson Cristiano; CONTE, Elaine. As tecnologias digitais: uma análise das possibilidades para o ensino religioso. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v. 15, n. 1, p. 01-14, 2021.

DE SOUZA, Elisandra Aparecida et al. Identificação da competência digital na Base Comum Curricular (BNCC) da educação básica. **Anais do Seminário Científico do UNIFACIG**, n. 6, 2020.

DEHAENE, S. **Os neurônios da leitura**: como a ciência explica nossa capacidade de ler. Porto Alegre: Penso, 2012.

DEWEY, John. **Democracia e Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. **O ensino religioso no Brasil**: tendências, conquistas, perspectivas. Petrópolis: Vozes, 1996.

FITZGERALD, Michael. Evangelization and interreligious dialogue. Origin, Washington, v.33, n. 23, 2003.

FONAPER. Estatuto do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (Fonaper). Florianópolis, 2015. Disponível em: https://fonaper.com.br/wp-content/uploads/2020/05/er_na_eb_2015.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

FONAPER. Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Religioso**. 9. ed. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO (FONAPER). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso**. Brasília, DF: FONAPER, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional**: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

JOÃO PAULO II. **Redemptoris Missio**: sobre a missio ad gentes. Vatican.va. 1990. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_07121990_redemptoris-missio.html. Acesso em: 20 set. 2024.

JUNQUEIRA, S. R. A. **Ensino Religioso**: fundamentos e métodos. São Paulo: Paulinas, 2018.

- JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Ensino Religioso no Brasil: Da Rejeição à Aceitação no Espaço Escolar. *Revista de Estudos da Religião – REVER*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 62-84, jun. 2010. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv2_2010/i_junqueira.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.
- KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 1994.
- KLEMZ, Charles. **O rosto de Cristo na diversidade humana das redes sociais digitais**. 2023. 177 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação, Faculdades EST, São Leopoldo, 2023.
- KLEMZ, Charles; SILVA, Roberval Rubens. Formação docente e religiões de matriz africana:: necessidades e possibilidades. *Davar Polissêmica*, v. 16, n. 1, p. 151-158, 2022.
- KÜNG, Hans. **Projeto de ética mundial**: Uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana. São Paulo: Paulinas, 2004.
- LOVATO, Fabricio Luís; MICHELOTTI, Angela; DA SILVA LORETO, Elgion Lucio. Metodologias ativas de aprendizagem: uma breve revisão. *Acta Scientiae*, v. 20, n. 2, 2018.
- MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Revista Civitas*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-58 maio/ago. 2011. p. 244. Disponível em: revistaseletronicas.pucrs.br. Acesso em: 12 de maio de 2024.
- MORAN, José Manuel. Como utilizar a Internet na educação. **Ciência da informação**, v. 26, p. 146-153, 1997.
- PACHECO, José. **Escola da Ponte**: um outro caminho para a educação. São Paulo: Vozes, 2019.
- PARÁ. Lei nº 9.736, de 21 de novembro de 2022. Institui o Mês da Escola Bíblica de Férias no calendário oficial do Estado do Pará. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, 21 nov. 2022. Disponível em: <https://www.pge.pa.gov.br/sites/default/files/alerta-legislativo/LO9736.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.
- PASSOS, João Décio. **Ensino religioso**: construção de uma proposta. São Paulo: Paulinas, 2007.
- PEIXOTO, Anderson Gomes. O uso de metodologias ativas como ferramenta de potencialização da aprendizagem de diagramas de caso de uso. **Outras Palavras**, v. 12, n. 2, 2016.
- PERIM, Fabiana de Carvalho Ribeiro et al. Despertando mentes: a necessidade de pensamento crítico nas escolas. *Revista Foco*, v. 16, n. 10, p. e3342-e3342, 2023.
- PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- ROSA, Maria José. **Educação e Diversidade Religiosa**: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 2019.
- SALLES, Walter; GENTILINI, Maria Augusta. Desafios do ensino religioso em um mundo secular. **Cadernos de pesquisa**, v. 48, n. 169, p. 856-875, 2018.
- SANTOS, Taciana Brasil dos. O ensino religioso na base nacional comum curricular: algumas considerações. **Educação em revista**, v. 37, p. e20016, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

SILVA, Gerlene Fernandes da. **Avaliação no processo ensino aprendizagem**. 2006. Universidade Federal do Ceará, Centro de Treinamento e Desenvolvimento, Especialização Planejamento do Ensino e Avaliação da Aprendizagem, Fortaleza (CE), 2006.

SOUZA, Jacqueline Crepaldi. Avaliação no Ensino Religioso: prática pedagógica do Ensino Básico na pandemia e para além dela. **Olhares & Trilhas**, Uberlândia, MG, v. 23, n. 2, p. 426-446, 2021.

SWIDLER, Leonard. "The Dialogue of Cultures." In: **Religion, Spirituality, and the Future of America**. Atlanta: Scholars Press, 1988.

TEIXEIRA, Faustino. **Diálogo e Paz: interfaces entre religiões**. São Paulo: Paulinas, 2016.

TEIXEIRA, Faustino. **Religiões em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2016.

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB). Informações sobre a UAB. Disponível em: www.uab.gov.br. Acesso em: 25 de novembro de 2024.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZIMMERMAANN, Roque. **Ensino Religioso: Uma Grande Mudança**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.

ZORTÉA, Valéria Gon. **As competências socioemocionais e o ensino religioso: Aplicabilidade no contexto escolar com o aporte das tecnologias digitais educacionais**. 2021. Dissertação de Mestrado. Faculdade Unida de Vitória, 2021.

ZORTÉA, Valéria Gon; PERINI, Érica Rezende; BERGMANN, Helenice Maria Barcellos. O desenvolvimento das competências socioemocionais na elaboração do documento curricular de ensino religioso do Espírito Santo. **Protestantismo em Revista**, v. 46, n. 01, p. 183-193, 2020.

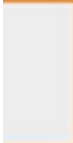
APÊNDICE 1 - MINICURSO

MINICURSO

ESTRATÉGIAS INOVADORAS PARA O ENSINO RELIGIOSO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I



PESSOA ORIENTADORA: Prof. Dr. Charles Klemz
Autora: Jaqueline de Araújo Pereira Martins



SUMÁRIO



01

APRESENTAÇÃO

02

MÓDULO 1: FUNDAMENTOS E DESAFIOS DO ENSINO RELIGIOSO

03

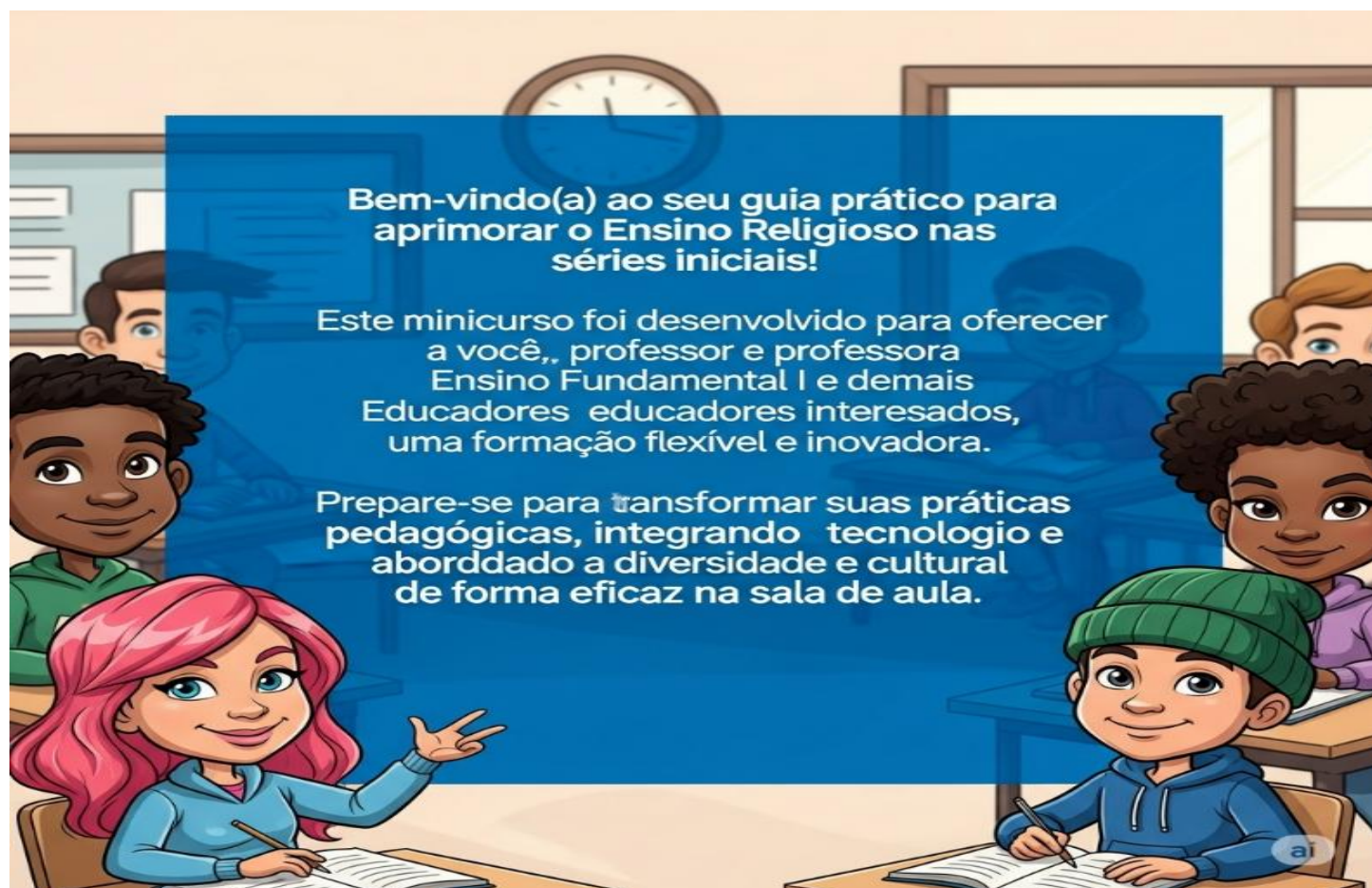
MÓDULO 2: METODOLOGIAS ATIVAS E FERRAMENTAS
PRÁTICAS

04

MÓDULO 3: TRABALHANDO VALORES E COMPETÊNCIAS
SOCIOEMOCIONAIS

05

MÓDULO 4: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INOVADORA



Minicurso de 4 horas, flexível e adaptável



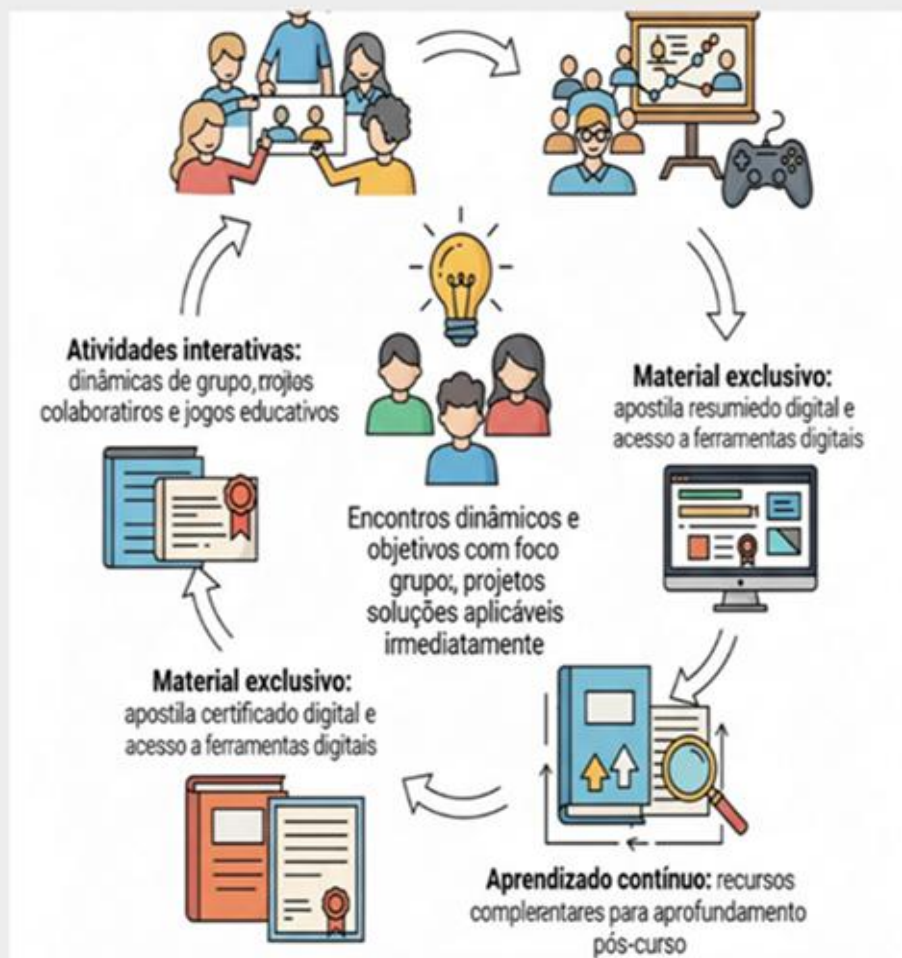
APRESENTAÇÃO
O MATERIAL TEM COMO
OBJETIVO APRESENTAR
ESTRATÉGIAS INOVADORAS
PARA O ENSINO RELIGIOSO NAS
SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL I, CONTRIBUINDO
PARA A FORMAÇÃO
CONTINUADA DE PROFESSORES.
A CAPACITAÇÃO ABORDA A
DIVERSIDADE CULTURAL E
RELIGIOSA EM SALA DE AULA,
METODOLOGIAS ATIVAS,
COMPETÊNCIAS
SOCIOEMOCIONAIS E
AVALIAÇÃO INOVADORA,
VISANDO O DESENVOLVIMENTO
INTEGRAL DOS ESTUDANTES E
O RESPEITO À PLURALIDADE



Este módulo de formação foi desenvolvido carga horária de 4 horas, organizadas de maneira acessível para pessoas e professores e poderão ser realizadas em um intensivo ou distribuídas em encontros de 1 a 2 horas por sessão.



1. ESTRATÉGIAS
INOVADORAS PARA O
ENSINO RELIGIOSO NAS
SÉRIES INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL I
O ENSINO RELIGIOSO
DESEMPENHA PAPEL
FUNDAMENTAL NA
CONSTRUÇÃO DO
RESPEITO À DIVERSIDADE
E NO DESENVOLVIMENTO
DA EMPATIA ENTRE OS
ALUNOS. ESTRATÉGIAS
INOVADORAS
POSSIBILITAM MAIOR
ENGAJAMENTO DOS
ESTUDANTES,
PROMOVENDO UM
AMBIENTE INCLUSIVO E
DIALÓGICO



MÓDULO 1: FUNDAMENTOS E DESAFIOS DO ENSINO RELIGIOSO



1- A DIVERSIDADE CULTURAL E RELIGIOSA EM SALA DE AULA

Exige do educador uma postura mediadora que ultrapasse a mera tolerância.

"a educação intercultural não se limita a reconhecer as diferenças, mas as coloca em diálogo, transformando-as em eixo estruturante do processo pedagógico". Candau (2017, p. 34)

O papel do professor vai além da simples transmissão de conhecimento; ele é um facilitador do diálogo e da compreensão, garantindo que todas as vozes e perspectivas sejam ouvidas e respeitadas.

2 O PAPEL DO PROFESSOR COMO MEDIADOR DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NO CONTEXTO ESCOLA

Quando falamos de diálogo inter-religioso, não se trata apenas de apresentar informações sobre crenças diferentes. É preciso ir além: criar um ambiente onde os alunos se sintam seguros para compartilhar suas experiências, questionar preconceitos e, principalmente, aprender a ouvir

'uma educação que valoriza o pluralismo religioso contribui para a construção de sociedades mais justas e pacíficas, pois reconhece que o respeito às diferenças é essencial para a convivência democrática.'

Hans Küng (2004)

3 ESTRATÉGIAS PARA A MEDIAÇÃO EFICAZ PARA O ENSINO RELIGIOSO

Um dos primeiros passos é reconhecer que a sala de aula reflete a diversidade religiosa da sociedade. O professor mediador precisa acolher todas essas experiências sem julgamentos, criando um ambiente seguro para o compartilhamento de vivências.

1- "o grande desafio não está em ensinar sobre religiões, mas em criar condições para que os alunos aprendam a conviver com a diferença religiosa" Junqueira (2018, p. 45).

4 IMPORTÂNCIA SOBRE DIVERSIDADE E INCLUSÃO RELIGIOSA

Um dos maiores desafios ao abordar a diversidade religiosa em sala de aula surge justamente da riqueza de crenças e visões de mundo presentes entre os alunos

"o ensino sobre religiões deve privilegiar a abordagem cultural e histórica, garantindo o direito à diferença sem proselitismo".

CNE/CP nº 8/2012

5 GESTÃO DE CONFLITOS EM SALA DE AULA

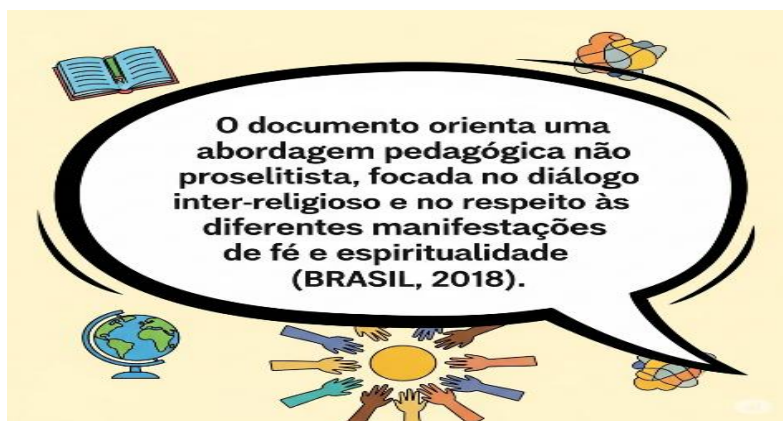
A mediação eficaz dessas situações exige uma abordagem pedagógica estruturada em três dimensões principais. Inicialmente, é fundamental estabelecer um contrato didático claro no início do ano letivo

6 Desafios: metodologias e formação docente

Melhorar a prática pedagógica, utilizando recursos diferentes para engajar os alunos e ajudá-los a entender melhor a pluralidade religiosa



O Ensino Religioso foi redefinido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que o posiciona como uma disciplina essencial para valorizar a diversidade cultural e religiosa do Brasil. A BNCC (BRASIL, 2018) orienta uma abordagem que é não proselitista, ou seja, não busca converter, mas sim promover o diálogo inter-religioso e o respeito às variadas manifestações de fé e espiritualidade.



Na prática em sala de aula, isso se traduz em estratégias que exploram o conhecimento histórico e antropológico das religiões. Professores e professoras utilizam atividades que vão além da simples transmissão de conteúdo, incentivando a análise comparada de textos sagrados, o estudo de festividades religiosas em diferentes culturas e debates sobre a relação entre religião e sociedade.

Apesar dos avanços, a implementação dessa abordagem enfrenta desafios significativos. Um dos principais é a formação dos professores e professoras e a criação de materiais didáticos adequados. Educadores buscam equilibrar a neutralidade do ensino público com a necessidade de abordar temas religiosos de forma profunda e respeitosa. A BNCC sugere que a chave para esse equilíbrio está nas metodologias ativas, que colocam o aluno e aluna como protagonista do aprendizado.

Pesquisas recentes mostram que as escolas que adotam essa perspectiva pluralista no Ensino Religioso notam uma melhora no clima escolar e no respeito às diferenças. O desenvolvimento de empatia, pensamento crítico e capacidade de diálogo são resultados comuns quando o Ensino Religioso é conduzido de acordo com os princípios da BNCC.



MÓDULO 2

METODOLOGIAS ATIVAS E FERRAMENTAS PRÁTICAS

Promove o protagonismo do aluno por meio de atividades contextualizadas

- 1 Aprendizagem Baseada em Projetos
- 2 Jogos Pedagógicos para o Ensino Religioso
- 3 Fundamentos Psicológicos dos Jogos Pedagógicos
- 4 Teorias Educacionais e Filosofia de Ensino
- 5 Movimento Escolar e Jogos Educacionais
- 6 Influência da Cultura e Tradições Lúdico-pedagógicas

Jogos pedagógicos para o Ensino Religioso
Jogos que facilitam a compreensão dos conteúdos e desenvolvem habilidades socioemocionais.

Fundamentos psicológicos dos jogos pedagógicos

A ludicidade estimula o aprendizado e o interesse.

Teorias educacionais e filosofia de ensino
Conceitos que fundamentam as práticas inovadoras.

Ideias de jogos

Dinâmica de Quebra-Gelo: "Quem Sou Eu?"



Objetivo: Favorecer a integração entre os participantes e preparar o grupo para o desenvolvimento de reflexões temáticas, promovendo o engajamento inicial na aula.

Descrição da atividade: A dinâmica consiste na distribuição de etiquetas com nomes de personagens históricos, figuras religiosas ou mitológicas, de acordo com o conteúdo a ser trabalhado. Cada participante receberá uma etiqueta colada nas costas por um colega, sem que visualize o nome. A partir disso, os alunos circularão pelo espaço realizando perguntas uns aos outros com o intuito de descobrir a identidade atribuída, sendo vedado que os colegas revelem diretamente a resposta. As perguntas devem ser formuladas de modo a estimular o raciocínio dedutivo, como: "Sou uma figura ligada à religião?", "Atuei em movimentos sociais?", "Sou citado em textos sagrados?", entre outras.

Aplicação no Ensino Religioso: No âmbito do Ensino Religioso, a atividade pode ser direcionada ao reconhecimento e à valorização da diversidade cultural e religiosa, ao utilizar nomes de figuras como Buda, Iemanjá, Jesus, Maomé, entre outras. A dinâmica propicia a introdução de discussões sobre os contextos históricos, sociais e espirituais nos quais essas personalidades estão inseridas, promovendo o respeito à pluralidade religiosa e a reflexão crítica sobre os diferentes sistemas de crenças presentes na sociedade contemporânea.

Oficina de Artes: "Representando a Diversidade"



Objetivo: Usar a expressão artística para explorar temas culturais e religiosos.

Descrição da atividade: Proponha que os alunos escolham um tema relacionado ao conteúdo da aula, como uma prática religiosa ou cultural, e criem uma arte que a represente. Isso pode ser feito com desenhos, colagens, esculturas ou outras formas de expressão artística.

Após a produção, cada aluno ou grupo apresenta sua obra explicando o significado e como ela se relaciona com o conteúdo aprendido.

Adaptação para a aula: Essa atividade pode ser especialmente interessante ao trabalhar com temas que envolvem rituais, símbolos religiosos ou festas tradicionais. A arte pode ser uma forma de dar voz às pessoas discentes e permitir que eles explorem sua criatividade enquanto aprendem.

Jogo de Tabuleiro: "O Caminho da Paz"

Objetivo: Estimular o aprendizado sobre valores éticos e religiosos através de um jogo colaborativo.

Descrição da atividade: Crie um tabuleiro que simula um caminho a ser percorrido por um grupo de jogadores. Cada casa do tabuleiro pode representar uma situação ou desafio relacionado à ética, à convivência religiosa ou à resolução de conflitos. Quando um aluno cair em uma casa, ele deve responder a uma pergunta ou realizar uma atividade sobre o tema (por exemplo, "Quais são os principais valores do Cristianismo?").

O jogo pode ser cooperativo ou competitivo, e o objetivo é alcançar o final do caminho, promovendo o aprendizado de forma divertida.

Adaptação para a aula: Este jogo pode ser adaptado para explorar temas de convivência inter-religiosa, por exemplo, como diferentes religiões abordam o conceito de perdão ou compaixão.

Debate de Causa e Efeito: "Impactos das Religiões no Mundo"



Objetivo: Promover o pensamento crítico sobre o impacto das religiões nas sociedades.

Descrição da atividade: Peça às pessoas discentes que escolham ou atribuam a eles uma religião ou movimento religioso. Eles devem pesquisar os efeitos positivos e negativos dessa religião em diferentes contextos históricos e culturais.

Organize uma discussão onde cada grupo apresenta seu ponto de vista sobre os impactos de sua religião, abordando como ela influenciou questões sociais, políticas, culturais ou ambientais.

Adaptação para a aula: Esse exercício permite que os alunos explorem não apenas a história religiosa, mas também os efeitos sociais e culturais das crenças e práticas religiosas em diversas sociedades.

Essas atividades práticas são excelentes para engajar os alunos, promovendo aprendizado ativo, colaboração e reflexão crítica. Ao trabalhar com dinâmicas e jogos, o professor pode transformar o conteúdo em uma experiência envolvente, que favorece a aprendizagem de forma divertida e significativa.

MÓDULO

MÓDULO: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INOVADORA

Elaboração e Avaliação Inovadora
Processo



ELABORAÇÃO DE PLANOS QUE CONSIDEREM A DIVERSIDADE E A CRIATIVIDADE.

ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO QUE ESTIMULAM REFLEXÃO E CRIATIVIDADE NO ENSINO RELIGIOSO

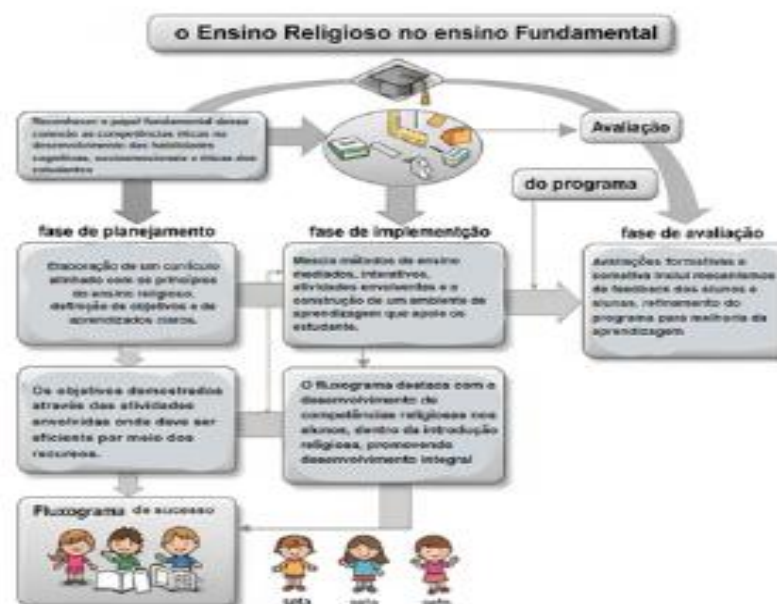
AUTOAVALIAÇÃO, PROJETOS, PORTFÓLIOS, DEBATES E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS.



Objetivo: Contextualizar a importância do planejamento e da avaliação inovadora diante das constantes mudanças no cenário educacional e da necessidade de desenvolver habilidades socioemocionais e cognitivas.

ELABORAÇÃO DE PLANOS QUE CONSIDEREM A DIVERSIDADE E A CRIATIVIDADE.
ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO QUE ESTIMULAM REFLEXÃO E CRIATIVIDADE NO ENSINO RELIGIOSO
AUTOAVALIAÇÃO, PROJETOS, PORTFÓLIOS, DEBATES E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS.

pg



CANDAU, V. M. F. Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017;

JUNQUEIRA, S. R. A. Ensino Religioso: fundamentos e métodos. São Paulo: Paulinas, 2018

TEIXEIRA, Faustino. Religiões em movimento. Petrópolis: Vozes, 2016.

TEIXEIRA, Faustino. Diálogo e Paz: interfaces entre religiões. São Paulo: Paulinas, 2016

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 8/2012.

ROSA, Maria José. Educação e Diversidade Religiosa: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 2019.

BENDER, Willian N. Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre: Penso editora, 2015

ARAÚJO, Nukácia Meyre Silva; RIBEIRO, Fernanda Rodrigues; SANTOS, Suellen Fernandes dos. Jogos pedagógicos e responsividade: ludicidade, compreensão leitora e aprendizagem. Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso, v. 7, p. 4-23, 2012.

PACHECO, José. Escola da Ponte: um outro caminho para a educação. São Paulo: Vozes, 2019.

PIAGET, J. A formação do símbolo na criança. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DEHAENE, S. Os neurônios da leitura: como a ciência explica nossa capacidade de ler. Porto Alegre: Penso, 2012.

DEWEY, John. Democracia e Educação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

FREIRE, Paulo, 1987

BARROSO, João. O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. O estudo da escola. Porto: Porto Editora, 1996.

DE ALBUQUERQUE, Helder Neves; BATISTA, Abraão Romão. FOLCLORE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: estratégias pedagógicas para a preservação cultural e o desenvolvimento integral das crianças. Open Minds International Journal, v. 5, n. 3, p. 29-34, 2024